

Nº530

NºS 3638

T. BAIÃO

REG.

GUIA PRÁTICO
DAS ELEIÇÕES
ver pág. 23

PÓVO

CORREIO do

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
25 DE ABRIL



**O VOTO
é uma conquista**

PORTUGUÊS:

Todos queremos uma vida melhor e mais justa para nós e, principalmente, para os nossos filhos.

Tens agora, Português, uma oportunidade, a primeira oportunidade verdadeiramente livre, para usares uma das armas de que o Povo dispõe — o VOTO.

Votar é escolher um partido político, aquele partido que em tua consciência, Português, possa servir com honestidade, não só os teus interesses mas principalmente os interesses da maioria dos portugueses e garanta, a todos nós, a justiça social que desejamos.

Para poderes fazer uma escolha consciente, tens de conhecer os partidos políticos, os seus programas; tens de ouvir, de falar, de dialogar, enfim, tens de te politizar para, depois, poderes ajuizar, em perfeita consciência, qual o Partido Político que deves escolher.

PORTUGUÊS,

Votar num Partido Político é uma responsabilidade a que ninguém, verdadeiramente honrado e consciente, se pode furtar, pois do voto de cada um depende o futuro de todos nós.

VOTO
UMA ARMA
DO POVO

Começamos hoje a publicação das cartas dos leitores, quer dizer, começa hoje, realmente, o *correio do povo*.

Da leitura das primeiras e, aliás, muitas, (centenas, já) de cartas que recebemos, podemos tirar algumas conclusões. A primeira, é a de que a grande maioria dessas mensagens limita-se a pedir-nos o envio regular da revista. Já é uma colaboração, mas não é inteira. A segunda diz respeito ao tom caloroso, por vezes elogioso, mesmo, com que o *Correio do Povo* é tratado. Muito nos honra e esperamos ser dignos da expectativa criada a partir da saída do primeiro número. Salientamos, por outro lado, que não recebemos qualquer carta desagradável. É alguma coisa. Terceira conclusão: numa hora em que

O *Correio do Povo* é do povo!

Fui sempre dedicado às letras e ao ler o vosso anúncio no *Diário de Lishoa* do dia 14 de Março de 1975 sobre a revista gratuita, *A Voz Viva* dos portugueses, peço enviar-ma, *se me julgar merecedor*.

Nunca fui político mas alguma coisa existia dentro de mim que não estava bem.

Hoje dou valor ao MFA que procura cumprir com o que prometeu (Liberdade, Ordem, Moral e Justiça).

Fui sempre cauteloso, secreto, e seguro.

Falo pouco, para não errar muito.

Com respeito ao voto nas próximas eleições vejo tantos partidos que me confundem.

Não queria dar um passo para voltar ao mesmo.

Estou com o MFA. Ajudem-me que ainda poderei ajudar alguém ainda mais leigo do que eu.

Manuel Morais Barreto
Miranda do Corvo

O *Correio do Povo* é seu, amigo!

Poder falar sem medo

25. de Abril ... Dia feliz ... Não sei expressar a minha comoção: pois podia falar sem olhar para o lado: pois bem meus amigos: estou convicto que sois amigo do Povo; depois de passar os olhos na vossa revista, correio desse mesmo Povo.

Amigos, se cá viessem as Forças Armadas para esclarecer este povo seria uma das coisas melhores que o Estado fazia: pois aqui 80% do povo: é vinho, jogos, futebol e nada mais.

José Gonçalves
Vila de Cucujães

As Forças Armadas passarão por Cucujães, concerteza.

pensávamos diminuir um tanto o espaço dedicado à cultura para valorizar outros domínios, eis que uma grande parte das cartas nos fala do interesse cultural da revista. Será que estávamos enganados ou que o *Correio do Povo* ainda não atinge, nesta sua primeira distribuição, todas as regiões e populações a quem propomos o nosso trabalho e colaboração mais especialmente?

Quarta conclusão: poucas propostas de problemas a estudar e a debater. Em compensação, algumas propostas de colaboração, sendo que uma delas nos sugere a ideia de nomeação de redactores em cada distrito, *evidentemente remunerados*. Amigos, nós somos pobres, a nossa redacção é composta do menor número de pessoas possível porque, para

Comparação

Chegou-me, hoje, às mãos a revista *Correio do Povo*.

Fiquei agradavelmente impressionado com a feitura da revista, que é à medida, de facto, do Povo.

Por curiosidade, rabisquei numa estante o primeiro número de uma outra revista, oferecida também ao Povo pela antiga Junta de Acção Social, que dava pelo nome de *Acção*.

Da comparação feita, tirei a seguinte conclusão:

— *Acção* — revista para inglês ver;

— *Correio do Povo* — revista para o povo ver, ler e aprender, porque está ao nível da realidade.

António G. de Lima
Avanca

A conclusão a que o senhor chegou parece-nos didáctica. Que o possa realmente ser, é o que desejamos.

Quantos Vale da Torre em Portugal!

Sou natural de Vila de Rei e ao ler a reportagem do primeiro número fiquei logo a pensar em tantas povoações do meu concelho, cuja situação é muito idêntica à do Vale da Torre. Povoações que distam da sede do concelho mais de 8 kms onde não há electricidade e onde a muito custo se vai de carro, mas só no Verão, pois de Inverno as estradas são tão íngremes e sem qualquer conservação que os carros não conseguem de lá sair, se por acaso se atrevem a ir lá.

Júlio Antunes Gaspar
Abrantes

Infelizmente é assim. E o *Correio do Povo* está aqui para lembrá-lo a quem de direito.

De direito!

Como português e democrata que sou desejo receber a revista *Correio do*

além do mais, quem paga a revista, é o Povo! Por isso ela é de aparência modesta, não luxuosa, como as revistas publicadas pelos governantes de outros tempos, cujo respeito pelo dinheiro público era nenhum.

Eis porque não podemos ter redactores em cada distrito mas apenas colaboradores, que são todos quantos lêem e escrevem para o *Correio do Povo*.

A terminar, sublinhamos uma carta que adiante publicamos: a do padre Artur Antunes Marques, de Tondela, que nos diz que o *Correio do Povo* «serve à maravilha para orientar a paróquia a (ele) entregue».

Dizemos-lhe, muito obrigados, assim seja, em resposta ao *amen* que nos mandou.

Povo, para melhor estar ao corrente dos acontecimentos no nosso país. Não leio jornais, não posso comprar, sou um reformado da Armada com uma pequena reforma, depois de todos os aumentos, tenho apenas 2 516\$00, mal chega para o sustento da família.

Domingos António
Coimbra

O *Correio do Povo* foi criado pensando no senhor e em todas as pessoas que, igualmente, não podem sequer ler um jornal por falta de meios, sejam eles quais forem. Recebê-lo-á de direito.

Tarde, mas chegou!

Devo esclarecer que sou um velho de cerca de 75 anos, antigo trabalhador da construção civil, e hoje um simples reformado: isto é, «um miserável reformado», mas que não desejava desaparecer deste mundo sem assistir à instauração do verdadeiro programa democrático que nos oferece o glorioso MFA. A libertação veio tarde, mas chegou.

António Maria Mendes da Silva
Beja

Verá, concerteza. Já somos livres. Agora, é uma questão de solidariedade, de trabalho: e de confiança, como a que o senhor manifesta na sua carta.

De quem é a terra?

Pela presente venho solicitar ao Governo a imediata abolição pura e simples de foros, ainda existentes no nosso país, com maior incidência nos três distritos do Alentejo, onde se contam por centenas e, certamente por milhares, em todo o País.

Na verdade, o foro mais não é que um tributo feudal, caduco, inadmissível, que incide apenas sobre a pequena propriedade, a modesta propriedade, o que a razão não aceita, pois que a

propriedade. TERRAS E CASA, apenas devem pertencer aos seus possuidores.

De resto também, como se sabe, a existência de foros tem sido e continua sendo causa de grandes aborrecimentos: de especulações e tentativas de especulação por parte da maioria dos seus feudais proprietários, quando os foreiros lhes solicitam a remissão desses foros, acabando por ter seu termo nos tribunais.

Considero a existência de foros no nosso país em 1975 uma nódoa na legislação portuguesa, que urge limpar.

João Gregório de Almeida Ferreira
Lisboa

A Lei do Arrendamento rural responde ao problema que nos põe. Quanto às terras e casas deverem pertencer apenas aos seus possuidores, é o senhor mesmo que faz a diferença entre senhores feudais e, conseqüentemente, pequenos proprietários e trabalhadores rurais.

Estes últimos reclamam a terra para quem a trabalha.

Quebrar as algemas

Aproveito a oportunidade para apresentar a seguinte sugestão: que a revista *Correio do Povo* seja endereçada a todas as Casas do Povo, para que as populações sejam esclarecidas com os problemas que afligem todos os bons portugueses.

Julgando assim vir ao encontro da Cultura do nosso Povo que tanto necessita, que durante 50 anos esteve algegado.

Augusto Fernando Pires
Lisboa

Já enviamos o Correio do Povo para as Casas do Povo e dos Pescadores.

Portugal não é só Lisboa!

Portugal não é só Lisboa, nem Porto, é tudo o que está dentro fronteiras, temos de olhar para aqueles que ainda não foram ouvidos, pois eles também são portugueses, eles também pagam suas contribuições e impostos têm os mesmos direitos que todos os demais portugueses.

Como é possível que ainda hajam povos sem estradas, sem água, sem luz e sem telefone.

Temos de fazer justiça a nível nacional.

Eliseu dos Santos Bastos
Cantanhede

O Correio do Povo é para ajudar a fazer justiça. Conte-nos problemas concretos, por favor.

Centro Recreativo de Aldreu

Começo por dizer o que é o Centro Recreativo de Aldreu (CRA) e o que desejamos do *Correio do Povo*.

O CRA é uma associação de jovens que visa a emancipação socio-cultural

do povo da freguesia de Aldreu, empregando todos os meios para elevar o nível cultural desta freguesia, que, como noutras regiões do Norte, está bastante atrasado.

Nós, tendo conhecimento da publicação do *Correio do Povo* vimos junto do Ministério da Comunicação Social pedir se dignem mandar para o CRA as publicações do *Correio do Povo*.

Conscientes de que com essa publicação estamos a contribuir para uma mais rápida tomada de consciência por parte dos trabalhadores e principalmente dos trabalhadores rurais, dos seus problemas, agradecemos mais uma vez que nos enviassem a vossa revista.

Centro Recreativo de Aldreu
Barcelos

Não só enviamos a revista como transmitiremos a vossa carta à Direcção-Geral da Cultura Popular.

Colaboração

Sendo um colaborador permanente do semanário regional *Soberania do Povo*, de Águeda, muito apreciaria que me passasse a ser enviada a revista *Correio do Povo* a fim de, através dela, poder vir a difundir alguns dos temas publicados nessa revista.

Victor de Oliveira
Lisboa

Tal como todos os semanários ou outras publicações diárias, ou não, poderá receber o Correio do Povo e utilizar os textos por nós publicados, no interesse do Povo.

Os emblemas dos partidos candidatos as eleições e uma fábula

Venho dizer que já recebi o primeiro número de *Correio do Povo*, que acabo de ler e de que gostei bastante. Escusado será dizer então que desejo continuar a receber esta revista, não só para a ler pessoalmente como para a dar a ler a outros. É deveras interessante e útil. Seria bom que explicasse ao Povo muitas coisas de suma importância como, por exemplo, aos analfabetos que vão votar, quais são os emblemas dos diversos partidos, pois que, senão, não serão capazes de distinguir uns dos outros e correm o risco de se enganarem em tão grave momento.

Também seria pertinente dar uma explicação ao mesmo Povo sobre o alcance da nacionalização da Banca, por meio de símbolos, por exemplo: a Hidra de sete cabeças, que constantemente se refaziam e só Hércules jugulou. Hoje, o Povo, apoiado nas Forças Armadas, é esse gigante Hércules que jugulou as sete cabeças do capitalismo: bancos, companhias de seguros, latifúndios, etc.

Pe. Artur Pires da Conceição
Branca (Vouga)

Publicaremos no nosso próximo número, exactamente anterior às eleições, os emblemas dos diversos partidos candidatos: quanto a Hércules e à Hidra das sete cabeças, cremos que citar tal fábula nesse sentido é extremamente significativo. Para além do mais, por quem a cita.

Cultura popular

Estamos a tentar formar um movimento de jovens, com o fim de dar-lhes formação cívica e moral.

Temo-nos reunido com eles semanalmente na Casa do Povo e, ultimamente, eles pediram-nos para fazer teatro, outros pedem para formar um grupo coral, outros dizem ainda que gostariam de aprender música. Nós estamos cheios de boa vontade, mas não temos capacidade nem tempo disponível para podermos concretizar esses anseios e eu pergunto se não é possível a Direcção-Geral da Cultura Popular dar esse apoio que necessitamos.

Laurinda da Costa Azevedo
Lugar de Eiro (Fradelos)
Vila Nova de Famalicão

Fizemos seguir esta carta para a Direcção-Geral da Cultura Popular, que, por sua vez, lhe dará resposta.

É preciso escrever para receber correio de volta

Bons amigos:
Boa saúde. Li no *Diário de Notícias* a publicação da revista *Correio do Povo*, que serve à maravilha para orientar a paróquia a mim entregue. Para principiar agradecia imenso me mandassem 50 exemplares para dar aos jovens e pais de família, nesta hora de renovação da Pátria.

Grato pelo envio

Padre Artur Antunes Marques
Tondela

Saúde e obrigados. Obrigados, porque reconhece no Correio do Povo algum mérito para a orientação da paróquia que lhe foi entregue. A existência do Correio do Povo não pode dissociar-se do mérito eventual que possa ter. Quanto aos 50 exemplares, irão por esta vez. Para a próxima, terá de pedir aos seus paroquianos que nos escrevam, solicitando, cada um, o vio de um exemplar. Critério que nos parece o mais eficaz para que o Correio do Povo seja recebido por quem, de verdade, o queira ler: e dar a ler. Esta resposta é válida, aliás, para todos quantos, indivíduos ou agremiações; nos pedem o envio de mais do que um exemplar.

Maravilhoso milagre:

Era a minha maior ambição que as massas trabalhadoras do povo mais despolitizadas pudessem ler o *Correio do Povo*, para assim se poderem esclarecer e tirarem os papões dos seus pensamentos principalmente sobre a gloriosa vitória do MFA, do seu programa e dos partidos políticos esquerdistas.

Termino fazendo votos para que a distribuição da revista do povo (que para o povo é que ela deve ser imprimida, para o povo que está com o MFA e não para os reaccionários que ao contrário tentam destruir este maravilhoso milagre, que nos trouxe a liberdade de expressão, que nos trouxe a liberdade de associação, que nos trouxe tantas coisas que milhares e milhares de portugueses ainda não se aperceberam e se se aperceberam ainda têm medo de utilizar esta liberdade que só foi possível com a vitória do MFA e com a total adesão e apoio deste bom povo português de norte a sul deste belo rectângulo que é Portugal) seja feita para as classes mais despolitizadas, que tanto precisam de uma leitura que lhes abra os seus nobres corações incultos por quarenta e oito anos de fascismo, por isso não quero deixar de vitoriar o MFA com as suas sessões de esclarecimento.

Fausto Madeira Rodrigues
Amora

O Correio do Povo não é para os reaccionários, a não ser na esperança de que alguns deles pudessem, oh maravilhoso milagre!, deixar de o ser.

Portugal Hoje para os emigrantes

Longe da Pátria, mas com ela no coração, sinto-me ufano ao escrever as primeiras letras desta carta para a nossa revista *Correio do Povo*. Manifestando o interesse de assinante, e colaborador na medida das minhas possibilidades intelectuais, gostosamente veria em minha mão a nova revista popular, que muito irá contribuir para um melhor esclarecimento ao nosso povo, principalmente para os milhares de portugueses espalhados pelo mundo em consequência duma ditadura fascista que os obrigou a passar fronteiras, uns legalmente, outros ilegalmente, à procura do pão e da liberdade que nunca tiveram na sua terra.

Henrique Moreira
Canadá

Da sua longa e significativa carta, retiramos este parágrafo para poder responder-lhe, dizendo que fizemos seguir-la para a redacção do Portugal Hoje, semanário deste Ministério dedicado aos emigrantes, que passará a receber concerteza, de ora em diante. O Correio do Povo destina-se, exclusiva-

mente, a distribuição interna. Esta resposta vale, de resto, para todos os emigrantes.

Associações culturais

A Associação da Juventude de Maçainhas é formada por cerca de noventa jovens dos 11 aos 25 anos.

A Liga de Melhoramentos de Maçainhas é constituída por cerca de 100 casais.

Portanto nós, como membros da Associação e conhecedores da vossa revista *O Correio do Povo* e por vermos a necessidade da formação cultural, agora muito interessante quanto ao estado político em que se encontra o nosso país, vimos pedir que nos seja enviada a vossa revista que nos é muito útil, visto nós não termos ainda nenhuma, devido à falta de capital.

Associação da Juventude
de Maçainhas

Estamos à disposição de todas as associações culturais, para o que de nós necessitarem que esteja, claro, dentro dos nossos meios. Enviar-vos a revista é a menor coisa que podemos fazer por vós.

Balneários públicos

Julgo que chegou a hora de todos olharmos com um pouco mais de carinho, para esta gente tão dada ao desprezo.

Suponho que um dos problemas maioritários, seria balneários a instalar em todas as aldeias, olhando a que na sua maior parte não têm casa de banho e, isto seria de momento um dos grandes benefícios para todos. Lembro e os senhores na sua maioria não calculam em como os tristes trabalhadores do campo no Verão chegam a sua casa todos suados e fatigados, e nem sequer se podem lavar como deve de ser. Isto contribui em grande parte também para muitas doenças que se apanham por falta de higiene.

Luciano Carlos Lemos Vida
Murços

Registamos. E poremos o problema a quem de direito. Obrigados pela sua colaboração.

A própria realidade portuguesa

Para comentar a despolitização da gente das aldeias do nosso País, publicou o 1.º número do *Correio do Povo* uma observação feita pelo encarregado da Biblioteca Itinerante da Fundação Gulbenkian a respeito do dinheiro que a Freguesia de Sarzedos enviou para o Governo.

Contradizendo esse senhor e em abono da verdade, gostaria que se informassem os leitores desta revista

que o Povo da Freguesia de Sarzedos deu conscientemente o seu dia de trabalho para a Nação, tendo sido esclarecido e ouvido numa reunião convocada pela Comissão Administrativa da Junta.

Não temos água, nem luz, nem caminhos, nem esgotos, mas não culpamos disso o actual Governo!

Os 45 674\$00 — e não 50 000\$00 como diz o comentarista — foram dados livremente apenas por quem quis e por quem compreendeu que o 25 de Abril é um marco a separar dois sistemas políticos opostos.

Não demos para lisongear ou para agradar como se quer fazer crer! Demos porque também somos Portugueses que queremos ajudar à reconstruir Portugal e porque entendemos esta revolução como libertação para os mais oprimidos e esquecidos como nós.

Poder-se-á entender assim o nosso gesto como o sintoma de despolitização?!...

Marília da Conceição Nogueira
Sarzedas — Castelo Branco

O Correio do Povo não utilizou o facto para «comentar a despolitização da gente das aldeias do nosso País». Quem o citou e utilizou foi, com efeito, o encarregado da Biblioteca da Gulbenkian. A reportagem que fizemos em Vale da Torre termina-se, de resto, nos termos que passamos a transcrever:

«Despolitizados, talvez. Mas quem estará mais perto da realidade que os habitantes de todos os Vale da Torre de Portugal eles que são a primeira, a própria realidade portuguesa.»

Falta de informação no Douro e na Beira Alta

Um dos piores males que afecta esta terra, é a falta de uma verdadeira informação. Os jornais diários são lidos por meia dúzia de pessoas. O mesmo acontece com a televisão e a rádio. Este último meio de comunicação social é o que está ao alcance de todos. São muito poucas as pessoas que não tem um aparelho de rádio.

Quanto a outra imprensa praticamente não existe. Virá a existir a revista *Correio do Povo*, que será muito útil ao povo.

É preciso que os meios de comunicação social, rádio, televisão e imprensa estejam mais ao alcance de todos. Que todos possam ouvir, ler e ver bons programas informativos e formativos e que se promovam muitas sessões de esclarecimento nestes meios rurais como o nosso.

José António Oliveira Mendes Costa
Vila Seca

Esperamos que o Correio do Povo, cuja criação obedeceu ao reconhecimento dessa necessidade de informação, possa vir a resolver, pelo menos em parte, esse grande problema da vida nacional.

Palavras do Presidente da República do discurso de anúncio das eleições

As eleições para a Assembleia Constituinte realizar-se-ão no dia 25 de Abril de 1975.

Proclamo publicamente esta data cumprindo os termos do n.º 6, artigo 7.º da Lei n.º 3/74.

Convém recordar que nas grandes linhas do Programa do MFA, descolonizar e democratizar eram as generosas motivações de homens corajosos que não dormiram a noite de 25 de Abril.

Ninguém tem dúvidas quanto aos passos fundamentais percorridos na descolonização, nessa ronda inevitável dos caminhos da História; ronda que se aproxima dum epílogo original, genuinamente português.

Pois bem; no caminhar para a Democracia a data que hoje fixei será um marco fundamental na longa rota a percorrer.

Estas primeiras eleições acabarão por determinar os homens a quem compete a transcendente responsabilidade de preparar a Constituição, a Lei fundamental que lançará o povo a que pertencemos no rumo do Futuro.

Votar é um direito de todo o eleitor, mas é simultaneamente um dever imperioso. Nenhum português se negará a responsabilidade de votar, de votar tão conscientemente quanto lhe seja possível.

Votar é colaborar, não votar é trair o Povo.

Cabe agora, que vamos realizar as primeiras eleições, um apelo, que dirijo a todos os eleitores. Votai, mas votai com consciência; não nos envergonhará a falta de cultura política porque até essa sempre nos foi negada e escamoteada.

Teremos agora de dialogar, escutar, ler, falar, estudar os programas partidários, e treinar o nosso espírito crítico para obter uma escolha consciente e válida.

Não vejamos fantasmas nos arautos da liberdade, mas não aceitemos a ilusão dos fogos, fátuos, belos mas estéreis, de utopias totalitárias.

Sobretudo rejeitemos partidos ou doutrinas que oferecem para já a violência e o ódio em troca de um suposto paraíso futuro a qual tal caminho jamais conduziria.

Saúdo o 25 de Abril de 1975, que prevejo padrão luminoso no avanço revolucionário que conduzirá à Democracia pluralista livre e autêntica.

Saúdo todos os eleitores que votem conscientemente em partidos válidos para a Revolução Portuguesa.

Vamos contribuir com o nosso voto para se obter uma Constituição que nos garanta um futuro em liberdade, fraternidade, progresso e justiça social.

SUMÁRIO

- 1 — Correio do Povo
- 4 — Genérico
- 6 — Reportagem
- 13 — Informação
- 20 — Teatro
- 21 — Poesia
- 22 — Pintura
- 23 — História
- 25 — Economia
- 26 — Ciência
- 27 — Viajar/Conhecer
- 28 — Entrevista
- 29 — Guia prático das eleições

DESTACÁVEL: Um conto de Mário Braga
CAPA: O Sufrágio, quadro de José
Veloso Salgado



CUBA:

Uma ilha de caras para o mar

Somos uma ilha, rodeados de água por todos os lados, não podemos dar as costas ao mar, temos que dar a cara ao mar e avançar pelo mar e criar essa consciência nos nossos jovens.

Estas palavras de Fidel de Castro são uma bela definição de Cuba, que podemos conhecer melhor na viagem desta quinzena.

Todas as pessoas interessadas em receber *gratuitamente* esta revista deverão fazê-lo saber, por carta, a *O Correio do Povo*, Ministério da Comunicação Social, Palácio Foz, Praça dos Restauradores, Lisboa 2.

Terminadas as operações de recenseamento, durante as quais se procedeu ao registo dos portugueses que, em 25 de Abril de 1975, poderão e deverão votar nos partidos cujos propósitos políticos julguem adequar-se melhor à defesa dos interesses do Povo Português, seguem-se outras fases do processo eleitoral, designadamente a campanha eleitoral, a votação e o apuramento dos resultados.

Assim começa o *Guia prático das eleições*, em que os leitores do *Correio do Povo* poderão encontrar todas as explicações necessárias a uma votação correcta, segundo a lei eleitoral.



AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS EM PORTUGAL PARA UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, EM 1820

Ao fazer a incursão às eleições em que os antepassados participaram só nos anima um propósito: iluminar as zonas revolucionárias e contra-revolucionárias de modo que seja possível à gente do nosso tempo optar pelos caminhos do progresso e pela consolidação da liberdade. O grande ponto de interrogação das eleições de hoje consiste em saber até que ponto os caciques locais, os reaccionários com poder económico, os proprietários, os capitalistas, as autoridades eclesiásticas, civis e militares ainda não saneadas, poderão influir o povo trabalhador

a votar nos partidos que sustentam directa ou indirectamente a reacção direitista.

É bom que se saiba que as eleições promovidas pelo Governo Provisório e MFA são, comparativamente ao passado, as mais populares, as mais democráticas e as mais justas. O problema, portanto, não reside na correcção do processo eleitoral. O problema consiste na escolha a fazer pelo povo, tal escolha determinará os rumos do seu futuro. Os golpistas de 11 de Março, não estariam interessados em eleições livres e populares.

Escreve Alberto Ferreira, numa reportagem ao passado, a uma época que bem pode servir-nos de exemplo para a que agora, e sobretudo neste momento de eleições à porta, vivemos.



O QUE ERAM OS BANCOS?

O que eram os Bancos, até aqui? Um lugar onde só se conseguia um empréstimo desde que se provasse sermos ricos, quer dizer, desde que se provasse que não precisávamos do dinheiro. E como terá agora de passar a ser? Pois, terão os Bancos de ser um lugar, onde todo aquele que prove ser honesto e trabalhador e tenha projectos e iniciativas para a realização das quais precise dinheiro, o possa lá obter.

POVO CORREIO do

Ano 1 * Número 3 * 3 de Abril de 1975 * Quinzenal

Director
Cte. Rui C. F. Montez

José Carlos Gonzalez
Diamantino Trindade

Propriedade do
Ministério da Comunicação Social

Reportagem fotográfica
Eurico Chalbert
Alberto Gouveia
António Costa Mota

Redacção e Administração
Palácio Foz
Praça dos Restauradores — Lisboa 2

Paginação
Luís Osório
Abreu Lima

Chefe de redacção
António Tavares-Teles

Pesquisa
Ethel Silva

Redacção
Manuela de Mendonça Torres
Francisco Teixeira da Mota
António Baptista da Silva

Secretária
Maria do Rosário Valdivia

Colaboração
Maria de Lurdes Pires Neves
Alberto Ferreira
José Guimarães

Composição e impressão
Anuário Comercial de Portugal

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Após a vitória da Revolução de 1820

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS EM PORTUGAL PARA UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

A nós, povo, só nos interessa o passado na medida em que possa corresponder a uma lição clara e perfeitamente definida. Assim, falar de eleições passadas ou presentes, equivale a uma tomada de posição que nos esclareça acerca do nosso próprio futuro.

Ao fazer a incursão às eleições em que os antepassados participaram só nos anima um propósito: iluminar as zonas revolucionárias e contra-revolucionárias de modo que seja possível à gente do nosso tempo optar pelos caminhos do progresso e pela consolidação da liberdade. O grande ponto de interrogação das eleições de hoje consiste em saber até que ponto os caciques locais, os reaccionários com poder económico, os proprietários, os capitalistas, as autoridades eclesiásticas, civis e militares ainda não saneadas, poderão influir o povo trabalhador a votar nos partidos que sustentam directa ou indirectamente a reacção direitista.

É bom que se saiba que as eleições promovidas pelo Governo Provisório e MFA são, comparativamente ao passado, as mais populares as mais democráticas e as mais justas. O problema, portanto, não reside na correcção do processo eleitoral. O problema consiste na escolha a fazer pelo povo, tal escolha determinará os rumos do seu futuro. Os golpistas de 11 de Março não estariam interessados em eleições livres e populares.



*A guerra universal regerá da
11. guerra civil que o Reino Constitucional*

02.81. Nº 1.º DE 1820



MEDICADA A EXCELSA SOBE
 RAIA DAS CORTES LUSITANAS
 PELO ADVOGADO ARCHAN
 GULO DE DOMINICIS
 Lisboa, q' ajuda a descer de seu carro triumphal. He, symbolizada como 'barral' que governa as rodas dos Cavallos
 e que, ajudando a descer do seu carro triumphal, he, symbolizada como 'barral' que governa as rodas dos Cavallos

(Cl. Américo T. Lopes)

ALÉGORIA À ENTRADA DA JUNTA PROVISORIAL EM LISBOA

A Junta Provisional do Governo foi acolhida com grande entusiasmo na cidade de Lisboa. A Revolução de 1820 vivia ainda horas de triunfo

Vitoriosa, a Revolução de 1820, logo tomou as medidas necessárias para realizar as primeiras eleições gerais em Portugal. O objectivo ideal, quanto à forma, seria comparável às nossas eleições de 1975: *eleger os deputados revolucionários para aprovar uma Constituição revolucionária*. Mas, como hoje, as forças estavam divididas: algumas pretendiam um estatuto tradicionalista em conformidade com os sistemas e processos usados pelas antigas cortes da monarquia. As velhas cortes portuguesas haviam sido sempre uma assembleia de notáveis oriundos do clero e da nobreza, só às vezes influenciadas por elementos da burguesia que a elas acederam nas horas mais críticas da vida nacional.

A última vez que tais cortes se reuniram foi em 1698. Só quando a nacionalidade e a independência perigaram foi possível escutar a voz dos progressistas, cujos interesses coincidiam com os do povo. Nessas épocas, os burgueses — comerciantes e artífices — não dispunham de direitos como a nobreza e o clero. Não admira que a burguesia, hoje tão reaccionária, lutasse nesse tempo, pertinazmente, pelo direito à liberdade de produzir e comerciar. Quanto aos povos dos campos e das cidades é bom que se saiba que *não cobravam outro direito senão o de viver para servir a senhores e morgados*.

Convém também saber que as eleições liberais de 1820 não beneficiaram os povos das aldeias e vilas de Portugal mas sim a burguesia urbana, que vem a obter, com tais eleições, o direito de participar na direcção do estado monárquico. Não espanta pois que as eleições para a Constituinte não tivessem mobilizado os camponeses e os raros operários da época. Teria sido inevitável o afastamento do povo do acto eleitoral? Teria sido útil ou inútil aos burgueses a participação activa das massas?

Teria sido utilíssima. Se a burguesia democrática tivesse chamado o povo à luta pelas eleições, se o houvesse entusiasmado pelas questões públicas, se o esclarecesse sobre os perigos que ameaçavam a liberdade, se as classes trabalhadoras pudessem compreender os pontos fracos da revolução, não iríamos assistir, impotentes, à desastrosa vitória da contra-revolução de 1823.

Entrevista imaginada com um revolucionário: Almeida Garrett

Estamos na véspera das eleições de 1820 para a escolha dos deputados encarregados de redigir uma Constituição revolucionária. Mas também é verdade que estamos a três anos da queda fatal da liberdade. E sabem porquê?

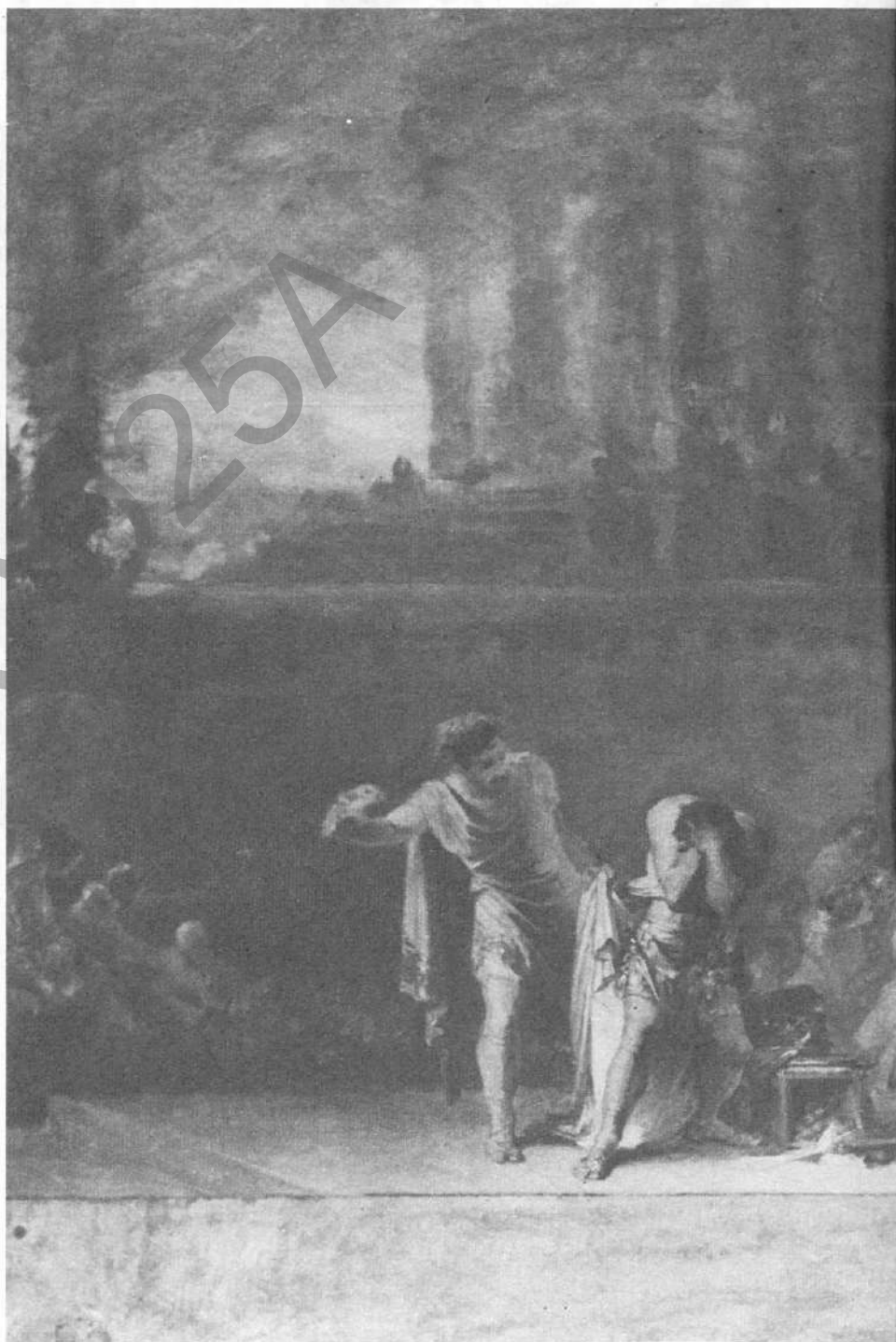
Tentaremos achar a resposta *entrevistando* o jovem escritor Almeida Garrett, entusiástico partidário do regime implantado pela burguesia progressista,



Almeida Garrett, o nosso «entrevistado»

em 24 de Agosto de 1820. A pergunta — *Admite a próxima queda da liberdade ou ainda é possível evitar os golpes da reacção?* A resposta salta-lhe aos lábios (e veio a escrevê-la no livro *Portugal na Balança da Europa*):

— «Não, não homens cegos, não: chamai o povo, interessai-o, fazei por ele e para ele a revolução; ele defenderá a obra de suas mãos. Um povo que não quer ser conquistado jamais o é; um povo que determinadamente quer ser livre sempre o será. Essa *determinada* vontade convinha inspirar e man-



ter o povo; e exactamente nisso falha a revolução. Sei eu, e todo o homem de boa-fé sabe que não foi criminosa a tenção de todos os que dirigiram os negócios públicos e que os levou a arredar constantemente o povo (segundo fizeram) de tomar parte na revolução. O receio da anarquia, o fatal exemplo da França lhe inspirou terror; e a natureza própria do sistema indulgente e neutralizador que se havia proclamado, exigia suma prudência e melindre neste ponto. Mas quão longe foi esse melindre, quão vagarosa e tímida andou essa prudência! Os inimigos da liberdade, estrangeiros e domés-

ticos o perceberam, e cuidaram em aproveitar o tempo de tão fatal descuido e timidez. A massa da população, inerte, impassível, indiferente estava à disposição do primeiro que dela se quisesse valer dando-lhe movimento em qualquer sentido: a revolução não se aproveitou dela, fê-lo a contra-revolução.»

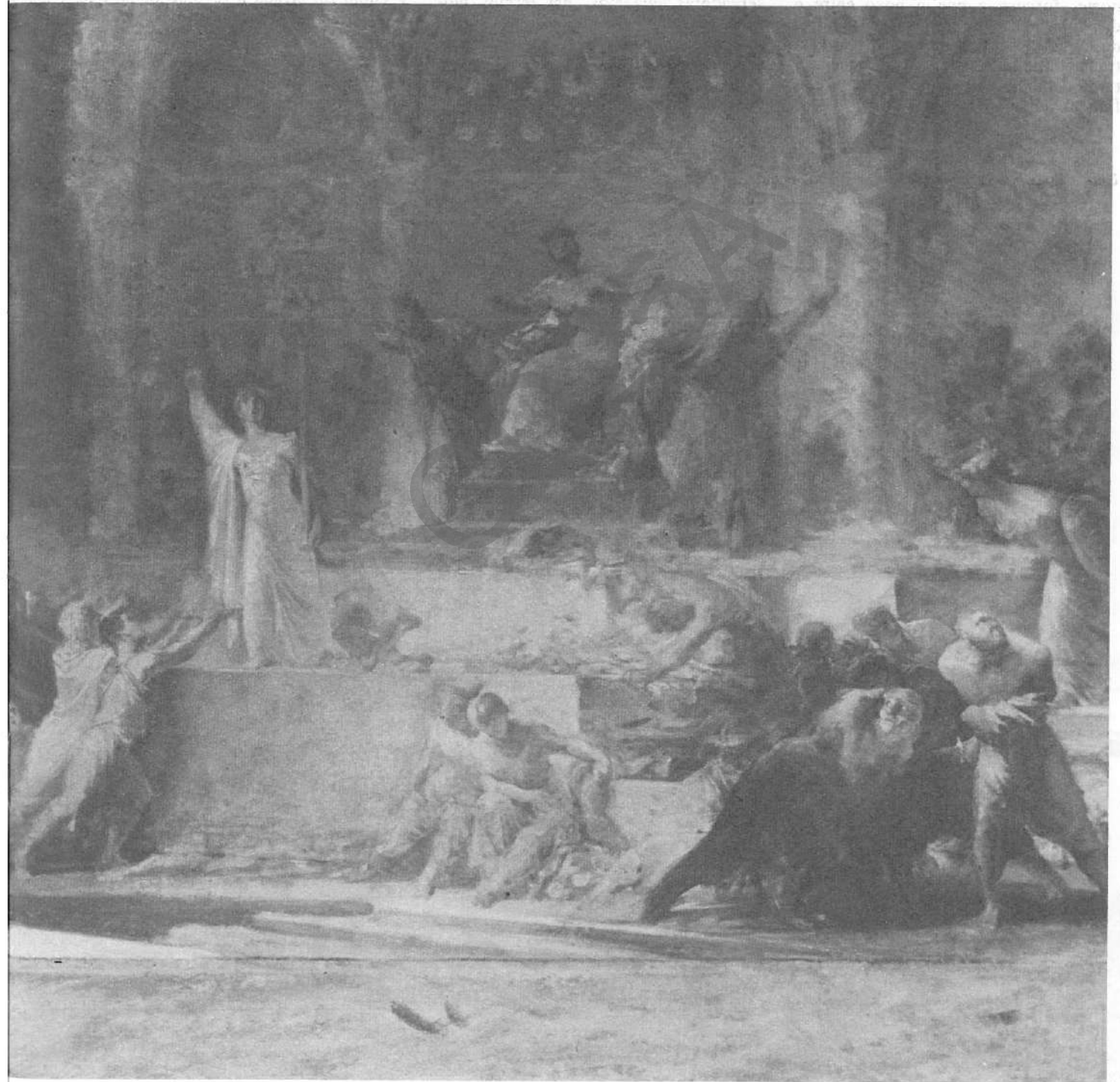
Estas palavras de Garrett dizem respeito ao período que antecede e prepara a Constituição de 1822. O seu juízo constitui aviso exemplar. Lembremos que a Revolução de 1820 foi militar embora decididamente dirigida pelos civis que a levaram a cabo. O que teria

sido de amplo proveito está a ver-se hoje: a concretização de uma aliança entre povo e exército de tal modo que este obrigasse, pela força, os elementos retrógrados a conterem-se ou a colaborar lealmente com as forças progressistas.

Antes de nos reportarmos ao modo como se irá votar nestas eleições de 1820, oiçamos o nosso entrevistado mais uma vez: — *Que pensa da aliança entre as Forças Armadas e o povo?*

— «A revolução não podia deixar de ser militar porque o exército tinha a força. Pois devia chamar-se *povo e exército*; fazer a revolução militar e

Promulgação das Constituintes — quadro alusivo do pintor Domingos António Sequeira



civil; armar imediatamente o povo para que melhor se unissem assim, e mais respeito impusessem a estranhos.»

— *Cuida, interrompemos, que a revolução se não orientou no sentido popular e nacional?*

— «O espírito da revolução era moderado, pacífico e conciliador: se o povo nela entrasse quem o pudera conter? — interroga Garrett; e prossegue: — Pois eis aí o defeito da revolução. Revoluções pacíficas, moderadas, só o governo as pode fazer porque as faz com a força na mão, manda ao povo em seu próprio nome, e não no dele; não discute, nem propõe, determina e ordena. Mas quando a revolução se faz pelo povo e em seu nome, forçoso é que o povo entre e disponha nela: que a máquina social se desloque, as instituições velhas se destruam *todas de uma vez*, e que em terreno limpo e desembaraçado se edifiquem de novo novos edifícios.»

A vocação revolucionária do juvenil escritor (teria 21 anos por essa altura) fica bem patente nesta concepção de destruir na totalidade as estruturas do velho aparelho do estado para que, em *terreno limpo e desembaraçado* se pudessem construir os alicerces e as instituições da sociedade nova e renascida.

A terminar esta entrevista, procuramos auscultar o seu parecer sobre o carácter das revoluções europeias de 1820 e o espírito de intervenção dos militares dessa época. Torna-se conveniente recordar, ao leitor actual, que o exército português se viu a braços com a divisão interna entre facções partidárias da defesa dos direitos e genuínos interesses populares e as facções conservadoras, digamos, em termos modernos, *spinolistas*, favoráveis à conservação do poder das classes historicamente privilegiadas.

Registemos, entretanto, as palavras de Garrett:

— «As revoluções de 1820 não só foram quase puramente militares no seu começo e rompimento, mas até militares se conservavam sempre (falo de Espanha e Portugal onde progrediram) porque o governo estribava principalmente no exército, e, especialmente em Portugal jamais consentiu que o povo tomasse a mínima parte na defesa pública; e só nos últimos paroxismos do sistema consentiu na instituição salutar das guardas nacionais. Daí militarmente proclamada, militarmente sustentada, e militarmente destruída foi a causa do povo, sem ao povo ser permitida a sua própria defesa. Uma de duas: ou o sistema era democrático e democraticamente se devia estabelecer; e então foi errada a revolução, porque não interessou *bastante* a massa democrática; ou não o era, e também foi errada porque se interessou *demais* essa massa com as concessões que lhe fizeram.»

Uma vista do Mercado da Cordoaria, na cidade do Porto. Eis o povo que assistiu às eleições de 1820





Os reaccionários recebem o rei absolutista D. Miguel com vivas e aplausos

Sufragio universal ou sufragio de privilegio?

Em 31 de Outubro de 1820 a Junta Suprema do Governo expediu as instruções para se proceder à eleição de 100 deputados e 40 suplentes previstos às cortes constituintes. Atenção aqui: trata-se de uma *eleição directa* baseada na fortuna, nas habilitações literárias, na posição social do eleitor. Para melhor se entender, perguntemos *o que era então uma eleição directa e indirecta?*

Travara-se debate entre os partidários de um critério amplamente democrático e popular e os que se opunham a tal sistema. Os primeiros eram favoráveis ao *sufragio universal*. Ora, tal sufragio, é sempre uma *eleição directa*: um cidadão tem o direito de votar, qualquer que seja a sua situação económica, grau de instrução ou condição social. Apenas se fazia natural reserva contra os incapacitados na ordem moral ou mental, facto a reconhecer pelos tribunais.

O *sufragio não universal, indirecto*, adoptado nas eleições de 1820, restringe o direito de voto, fazendo-o depender do grau de instrução, condição pessoal do eleitor, etc. Para mais, agravou-se a situação recorrendo ao processo indirecto quando o sufragio não universal poderia ser directo. Neste caso os eleitores poderiam eleger directamente os deputados. No segundo caso os eleitores votam os seus representantes num complicado processo até chegar à eleição dos deputados.

Consiste este processo numa eleição sucessiva cujos fins políticos estão à vista: o sufragio indirecto permite a manipulação dos resultados, dilui a força do voto como arma política e como forma de consciência social.

Ora foi precisamente o *sufragio não universal e indirecto* que o governo liberal adoptou. Vejamos as condições que o governo exige para cada homem poder ser eleitor de freguesia: cumpria ser chefe de família, viver há mais de sete anos na provincia onde votava, e ter mais de 25 anos de idade. Com 20 anos poderiam votar somente os casados, os bacharéis, clérigos e filhos-familia com empregos públicos.

Estes cidadãos elegem, por sua vez, os seus delegados a que se ficou chamando *compromissários* (um delegado para cada 200 fogos). Na segunda fase do processo, os *compromissários* de cada freguesia elegem os representantes para a junta eleitoral da comarca. Finalmente esta junta elege os deputados que representam cada provincia.

Como se vê, o governo tinha adoptado um complexo processo eleitoral em que o caciquismo local, designadamente o dos padres, acabaria por ter influência excessivamente importante.

Eleições e medidas antif feudais

Realizaram-se as eleições nos dias 10, 17 e 24 de Dezembro. Segundo a lei, as Cortes deveriam reunir em 6 de Janeiro de 1821. As dificuldades de

comunicação, agravadas pelo mau tempo — decorria uma invernada dos demónios! — foi impedindo os deputados de chegarem ao Paço das Necessidades, local onde funcionou a nossa primeira assembleia constituinte. No dia 23 de Dezembro reuniram-se apenas dois terços dos deputados. Finalmente em 24, na véspera do Natal, procedeu-se à verificação de poderes e no dia 26 iniciava-se o regular funcionamento da assembleia nacional, também conhecida por Cortes Constituintes.

O primeiro acto de legislatura verificou-se em 27 de Dezembro: foi eleita a regência em substituição da Junta do Governo.

Durante o ano de 1821 as Cortes legislaram intensamente: a desmontagem e destruição do regime feudal interessava vivamente à burguesia dos comerciantes. Alguns interesses da burguesia coincidião com interesses populares. Dos decretos mais importantes cumpre destacar o de 20 de Março de 1821, a partir do qual são extintos os direitos feudais. Entre os vários privilégios abatidos nesta lei compreendia-se o chamado *direito banal* ou *de banalidade* — direito que cabia ao dono da terra de poder constringer os habitantes dela a moer trigo nos seus moinhos, cozer pão nos seus fornos, moer azeitona e pisar uva nos seus lagares.

Foram também extintas as obrigações de pessoa a pessoa, as prestações em géneros, entre elles a conhecida obrigação de *corazil* que consistia em dar ao dono da terra uma porção do porco da pá até à cabeça, cujo peso

variava entre catorze e vinte e sete arráteis.

A eliminação dessas obrigações feudais, que martirizavam sobretudo as populações rurais, ocasionou, como era de esperar, grande vozeria nos arraiais da reacção. Naturalmente aqueles que eram visados pela medida, perdendo assim os seus velhos privilégios, tinham de reagir. À justeza do decreto respondeu a violência reaccionária. Estalaram desmandos por todo o País. Um exemplo chega para avaliar a gravidade da situação: os monges cistercienses de Maceira do Dão proibiram os povos locais de lavarem e entrarem no rio Dão sob pena de serem espingardeados pelos seus criados, chegando ao ponto de *espancarem, ferirem e até mesmo prenderem no tronco do seu respectivo mosteiro os indivíduos que achavam pescando.*

A reacção murmurava por todo o País. Conspirava-se abertamente.

No início de 1821, o antigo presidente da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, que fora afastado do governo por Fernandes Tomás, em virtude do seu conhecido papel conservador, percorria a província de Trás-os-Montes, organizando núcleos de resistência absolutista. Preparava-se, como se viu atrás no depoimento de Garrett,

o golpe traiçoeiro de 1823. Porém, apesar desta escalada violenta e criminosa da contra-revolução, as Cortes liquidavam a 5 de Abril de 1821 o famigerado tribunal do Santo Ofício. A Inquisição, que já perdera muito do seu antigo poder, ficava sem o seu último reduto em Portugal. A Igreja não se conformava. Nos fins de Março, o patriarca de Lisboa opusera reservas aos artigos 10.º e 17.º da Constituição recusando-se a jurá-la. Em resposta, na sessão de 2 de Abril, as Cortes decretaram que todo o português que se recusasse a jurar a Constituição deixaria de ser cidadão e deveria abandonar imediatamente o território nacional.

O cardeal D. Carlos da Cunha foi deste modo intimado a sair do País, o que fez fixando residência em Baiona.

Em Setembro desse ano, aquele patriarca expedia do exílio uma pastoral em que pretendia justificar a sua atitude contra-revolucionária, mas o administrador da alfândega ordenou a apreensão dos exemplares que se destinavam a Portugal.

Entretanto, no dia 23 de Setembro de 1822, o projecto da Constituição era assinado pelos deputados e a 30 o rei, João VI, jurava aquele diploma. Mas só aparentemente as coisas corriam pelo melhor. Infelizmente pouco falta-

va para que a liberdade sucumbisse. As eleições de 1820, os seus conceitos fundamentais, o seu ideário, as suas sonhadas liberdades, seus anseios e esperanças dobravam os joelhos perante a marcha da reacção internacional de 1823.

Os caudilhos *d'el-rei absoluto* levantavam a voz contra a Constituição. A província de Trás-os-Montes ficou sob controlo do partido miguelista e das outras forças contra-revolucionárias. Finalmente, em 27 de Maio de 1823, o regimento de infantaria 23 revoltou-se e saiu de Lisboa. Em Vila Franca reuniu-se aos conjurados miguelistas. Era a *Vilafrancada*. D. Miguel, segundo filho de João VI, tornara-se o chefe do partido absolutista e começara a sua sanguinária escalada contra as liberdades alcançadas pela Revolução de 1820. Por momentos triunfavam os reaccionários.

Foi preciso uma sangrenta guerra civil que custou ao País vidas e bens incalculáveis, arruinado-o gravemente, para retomar as perdas fronteiras da revolução liberal. Esta lição não pode nem deve ser esquecida, na véspera das eleições deste ano I da Revolução Portuguesa.

ALBERTO FERREIRA

Vilafrancada. A Constituição votada em 1820 foi violentamente extinta pelo príncipe D. Miguel, o futuro rei absolutista



EMPOSSADO O NOVO GOVERNO



No acto de posse do novo Governo, o Presidente da República, general Costa Gomes, desejou «mais autoridade democrática com menos extremismos de vocação autocrática». E o Primeiro-Ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, afirmou:

«A crise que atravessamos será vencida na medida em que consolidarmos as conquistas já feitas num sistema económico mais avançado».

Constituição do novo Governo

Primeiro-Ministro: brigadeiro Vasco dos Santos Gonçalves; ministros sem pasta: dr. Álvaro Barreirinhas Cunhal, dr. Joaquim Jorge Magalhães Mota, dr. Francisco José Cruz Pereira de Moura e dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares; ministro dos Negócios Estrangeiros: major Ernesto Augusto de Melo Antunes; ministro para o Planeamento e Coordenação Económica: dr. Mário Luís da Silva Murteira; ministro das Finanças: eng. José Joaquim Fragoso; ministro da Indústria: eng. João Cardona Gomes Cravinho; ministro da Agricultura: eng. Fernando Oliveira Baptista; ministro do Comércio

Externo: dr. José da Silva Lopes; ministro do Trabalho: major José Inácio da Costa Martins; ministro dos Assuntos Sociais: dr. Jorge de Carvalho Sá Borges; ministro da Defesa: capitão-de-mar-e-guerra Silvano Ribeiro; ministro da Administração Interna: major António Carlos Magalhães Arnão Metelo; ministro da Educação: major José Emílio da Silva; ministro da Justiça: dr. Francisco Salgado Zenha; ministro da Comunicação Social: capitão-de-fragata Jorge Correia Jesuino; ministro do Equipamento Social e Ambiente: coronel José Augusto Fernandes; ministro dos Transportes e Comunicações: eng. Álvaro Augusto Veiga de Oliveira; ministro da Coordenação Interterritorial: dr. António de Almeida Santos.

Avançar sempre

O modo como as massas populares reagiram em 11 de Março à notícia de que um golpe reaccionário estava em curso, é lição que havemos todos de tirar daquelas horas de alto significado para o futuro da revolução e do País. Vindo para a rua pronto a defender a democracia custasse o que custasse, de

mãos nuas, mas de coração habitado de intenso fervor revolucionário, o povo demonstrou, uma vez mais, quanto a revolução é também conquista sua e quanto a solidificação da aliança MFA - Povo é tarefa que urge desenvolver no dia-a-dia.

Defendendo quartéis, cidades, orgãos de informação apenas com a fé num Portugal novo, com a certeza de que o

caminho hoje encetado não pode ter retorno — o povo veio colocar de novo aos ombros de todos nós, oficiais, sargentos e soldados do MFA, a pesada e honrosa responsabilidade de desenvolver e defender a revolução.

Revolução que significa a liberdade e a democracia, mas que só tem sentido no desenvolvimento do conjunto de medidas que alterem substancialmente a ordem económica, social e cultural herdada, que retirem o poder e os centros de decisão que os inimigos da democracia ainda detêm — alargando não só a área da propriedade social, mas também a da participação popular a todos os níveis e transformando-a progressivamente em organização, administração, gestão e direcção dos trabalhadores. Ou seja: avançar sempre no caminho da restituição deste país ao seu povo.

O 11 de Março demonstrou que as classes privilegiadas e os seus aliados dentro das FA estão empenhados, antes de mais, na defesa dos seus interesses. A reacção só admite reformas menores, ou de outro modo recorre à violência contra-revolucionária, com ou sem apoio externo. O MFA, entendido como força progressista, como vanguarda armada da grande massa de explorados e humilhados deste país, tem de tirar — e tirará — as consequências lógicas de mais esta ofensiva das forças conservadoras. Avançar é desenvolver e solidificar o poder das massas populares. É firmar cada vez mais a unidade MFA - Povo e MFA - partidos progressistas.

Que cada um de nós observe a realidade profunda do que se passa à nossa volta. Milhares e milhares de portugueses habitam tugúrios de miséria; milhares e milhares ostentam no rosto os traços da fome e da exploração; milhares e milhares, por esse país fora, vivem em aldeias onde os mínimos requisitos da civilização ainda não chegaram, onde não há médico, nem escolas, nem estradas, nem luz, nem água potável. Por este povo se fez o 25 de Abril; contra os exploradores deste povo se fez o 25 de Abril. Para assegurar as conquistas do povo foi necessária a firmeza revolucionária do 28 de Setembro e do 11 de Março.

O lugar de cada um de nós, agora mais do que nunca, é a barricada onde se encontram os pobres, os humildes, os explorados deste país. Os soldados do MFA têm de ser mais do que nunca, a guarda avançada da luta por um Portugal liberto da exploração, da ignorância, da opressão e da miséria. Que cada um de nós seja (como dizia um camarada do RAL 1) o infatigável lutador «por tudo aquilo que o povo merece e nunca teve».

Descoberta uma organização fascista que visava espalhar o luto e o sangue no seio do povo português

Os indivíduos em situação militar irregular podem vir «uma vez só» a Portugal

Acerca da situação militar irregular de muitos portugueses que se encontram no estrangeiro, o Conselho da Revolução decidiu o seguinte:

«Art. 1.º — 1 — Os nacionais residentes no estrangeiro em situação militar irregular, abrangidos pela amnistia do Decreto-Lei n.º 180/74, de 2 de Maio, poderão vir livremente a Portugal uma só vez entre 28 de Março e 11 de Maio.

2 — A permanência, em território nacional, dos indivíduos abrangidos pelo n.º 1 não poderá exceder quarenta e cinco dias.

3 — Os indivíduos que excederem o prazo limite, fixado no n.º 1, ficarão sujeitos ao disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 180/74, de 2 de Maio, pelo que não poderão sair do território nacional enquanto não regularizarem definitivamente a sua situação militar.

4 — Para efeitos do n.º 3 deste diploma, o prazo de 15 dias, prescrito no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 180/74, de 2 de Maio, começa a correr no dia 12 de Maio.

Art. 2.º — O presente diploma entra imediatamente em vigor».

A decisão, nos termos da nota enviada à nossa Redacção, foi tomada tendo em atenção o seguinte:

«(...) que muitos indivíduos continuam ainda em situação militar irregular no estrangeiro, quer por motivo de ordem ideológica e política, quer por motivos económicos a que foram conduzidos pelo regime em vigor antes do 25 de Abril de 1974; considerando estar ainda a correr seus termos a elaboração de legislação a que se refere o Decreto-Lei n.º 711/74, de 11 de Dezembro; considerando ser de justiça atender à situação em que os referidos indivíduos se encontram».

Portugal ergue-se hoje com uma esperança revolucionária no ocidente europeu — declarou Fidel de Castro

HAVANA, 27. (A.N.I.) — «E simultaneamente notável e animador para o movimento progressista mundial verificar que o processo revolucionário se aprofunda e consolida em Portugal», declarou Fidel Castro no discurso de encerramento da Comissão Coordenadora dos Países Não Alinhados.



O ministro Correia Jesuino quando sublinhava a forma decisiva e activa como a Região Militar do Norte actuou para descobrir a existência do ELP e defender a democracia. Na mesa vêem-se também o coronel Eurico Corvacho, chefe do Estado-Maior da Região Militar, que falou aos jornalistas em representação do Conselho da Revolução (ao centro), os aspirantes Pedroso e José Afonso e o representante do MCS no Porto

O chefe do Estado-Maior da Região Militar do Porto denunciou, no decorrer de uma conferência de Imprensa, a existência de uma organização secreta de carácter fascista, que visava «espalhar o sangue e o luto no seio do povo português», desencadeando, além de actos terroristas, acções concertadas que levassem a um clima de anarquia e à intervenção violenta das Forças Armadas «para restabelecer a tranquilidade e a ordem».

Essa organização fascista, denominada ELP — Exército de Libertação Português —, com o comando instalado em Madrid, a coberto de firmas comerciais, participou, embora em reduzida escala, no golpe de 11 de Março, dado que os seus elementos tinham recebido instruções para não «embarcarem em aventuras spinolistas», mas apenas para

as «aproveitarem» conforme os objectivos últimos da organização.

Alguns elementos do ELP encontram-se detidos, e o coronel Eurico Corvacho sublinhou, na sua conferência de Imprensa — a que esteve presente o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuino — que a vigilância popular foi bastante útil na detecção daquela organização terrorista, apelando, ainda, para a continuidade dessa vigilância. Indicando que não havia elementos que provassem qualquer conhecimento do Governo espanhol quanto à existência do ELP, o coronel Corvacho disse, ainda, também, não estar provada qualquer ligação com a CIA, ao responder à pergunta de um jornalista. Por outro lado, foram divulgados documentos do ELP apreendidos a elementos detidos, algumas fotografias e os nomes de alguns já detidos.

«Esse país, até há pouco, sede de um estado fascista que foi instrumento do mais obsoleto colonialismo, combatido e repudiado pela opinião mundial, ergue-se hoje como uma esperança revolucionária no Ocidente europeu.



Fidel Castro, primeiro-ministro cubano

«O movimento dos países não Alinhados — prosseguiu Fidel Castro — deve saudar com júbilo este acontecimento histórico e apoiar decididamente o povo e o actual Governo de Portugal, como novos aliados na causa comum pela libertação e progresso do Mundo».

500 toneladas de amêndoas e 155 hectolitros de vinho vendidos à URSS

Quinhentas toneladas de amêndoa e 155 hectolitros de vinho foram vendidos à URSS por uma missão comercial que se deslocou àquele país, constituída pelos vice-presidentes da Junta Nacional das Frutas e da Junta Nacional do Vinho, drs. Guedes Duarte e José Neto, e que integrava ainda o técnico económico do gabinete do ministro Alvaro Cunhal, dr. Mendes Correia.

No que se refere à amêndoa, a missão comercial deixou em aberto a possibilidade de fazer novas ofertas, prevendo até para um futuro muito breve a assinatura de um novo contrato com a União Soviética, que é um dos maiores consumidores de amêndoa do mundo. Relativamente ao vinho, ficou assente o envio de amostras para aprovação, com vista à assinatura de novos contratos, julgando-se que as vendas possam atingir um milhão de hectolitros de vinho.

Na venda do vinho português levantaram-se problemas de preço, mas que foram contornados pela empresa estatal que centraliza a importação. As ofertas que vêm a fazer-se estarão dependentes dos preços praticados nos mercados internacionais.

Operários fundam cooperativa de consumo na margem Sul

Uma cooperativa de consumidores nasceu em Arrentela em pouco mais de dois meses, através de um paciente mas activo trabalho desenvolvido por habitantes da região, traduzido em conversas, sessões de esclarecimento, comunicados públicos, etc. Gente explorada, na sua maior parte operários estudaram colectivamente nas reuniões sucessivamente alargadas às várias localidades da freguesia a melhor forma de pôr uma cooperativa em marcha contra a carestia de vida, tentando assim fazer frente aos circuitos comerciais infestados de sub e supraintermediários. Assim, esperam poder defender-se das margens do lucro parasitariamente obtidas sobre os seus salários insuficientes.

A criação deste sistema alternativo de defesa teve o aval de cerca de 600 pessoas da região, confiantes em que a auto-organização dos consumidores de Arrentela numa cooperativa independente e apartidária «é apenas um aspecto de auto-organização local que permitirá defender-nos do mercado constituído» — de acordo com as palavras de um dos associados.

Proclamando a necessidade de fazer alastrar a outras localidades «esta campanha de criação de um sistema alternativo que defenda as populações trabalhadoras» — segundo um comunicado distribuído à população pela comissão de arranque pró-Cooperativa de Arrentela — os membros associados, confundindo-se já com os activistas iniciais, ocuparam, na madrugada de sábado passado, a antiga central dos telefones da Torre da Marinha, devoluta há mais de um ano.

Nesse edifício antigo e de modestas proporções serão instalados os serviços organizativos, convertendo-se o rés-do-chão em posto de venda de produtos básicos alimentares.

Foi neste prédio número 2 da Avenida das Forças Armadas que encontramos dezenas de trabalhadores, homens e mulheres, ocupados em tarefas preliminares, animados de um espírito comunicativo e solidário, entre os quais recolhemos os elementos deste apontamento.

CONVERSAS, COMUNICADOS E REUNIÕES

Casal do Marco, Cavaquinhas, Torre da Marinha, Fernão Ferro são localidades que entroncam na freguesia de

Arrentela, contida, por sua vez, no concelho do Seixal. Trata-se de uma zona com uma predominância de população operária, tendo havido até há uns seis ou sete anos quintas disseminadas pela área, nas quais se cultivavam sobretudo produtos hortícolas, que eram canalizados para os postos de pequeno comércio local onde a população se abastecia de hortalíça, fruta, por vezes carne e leite.

— Era pouco, mas até isso desapareceu — disse-nos um operário da Siderurgia, referindo-se ao desabar de pequenas unidades agrícolas que ali conheceu, «com a mira no lucro fácil por venda de terrenos para construção».

Nesta zona, a política e a carestia de vida são indissociáveis enquanto temas constantes de discussão entre aqueles que se encontram nos locais de trabalho e fora deles.

Numa das pequenas localidades citadas, alguém, já em contacto com mais alguém, se lembrou que por ali havia outrem com prática de organização de cooperativas a nível de empresa (caso da TAP, por exemplo). E daqui a conversa estendeu-se a outros; destes ao esclarecimento de mais alguns foi um passo dado com decisão. O auxílio surgiu da parte de todos. Um conhecia alguém na escola técnica e obteve auxílio em papel e em policopiador; outros conheciam outros na «Tribuna do Povo» (jornal regional); outros ainda nos Emissores Associados ... Reuniões, ora numa localidade ora noutra, e algo ia surgindo organizadamente sobre o fundo, da necessidade que todos tinham em comum.

INQUÉRITO À POPULAÇÃO

Surgiu então um inquérito à população como base de sondagem e de futuro trabalho. O inquérito, de simples mas cuidada concepção, compreensível à generalidade do povo, foi entregue e aguardou-se. Quer a sua elaboração, quer a leitura das conclusões não exigiram recurso a institutos especializados de «marketing», suportados pelas onerosas equipas dos técnicos das sociedades de consumo. Distribuído a cerca de 600 pessoas, incidia sobre a descrição das compras habituais, locais onde são efectuadas, sondagem acerca da receptividade à organização de uma cooperativa. Além destes pontos era igualmente posta a questão da possibili-

dade de cada um contribuir com capital para o arranque da cooperativa.

No espaço de um mês, aproximadamente, surgiram 525 inquéritos preenchidos (até 18 de Março tendo a máxima parte incidido sobre o sector populacional de mais fracos recursos (operários e baixos assalariados). Foi constatado que esses 525 inquéritos, abrangendo um agregado de famílias que representa cerca de 1645 pessoas, gasta por mês 1880 contos em artigos de primeira necessidade (alimentação, vestuário e calçado). Das 525 pessoas que responderam ao inquérito, 522 declararam-se interessadas em aderir à cooperativa. As restantes três eram já há vários anos associadas de outras.

A pergunta incluída na sondagem, de quanto teria cada um disponível para entrada no capital (não tendo sido estabelecido qualquer mínimo) e em quantas prestações o poderiam fazer, 213 pessoas manifestaram-se a favor de o pagarem de um só vez e, as restantes, prefazê-lo-iam em espaços que iriam até aos dois anos, aliás previstos no inquérito.

Somando as ofertas verificou-se que a cooperativa podia arrancar com 1065 contos de capital.

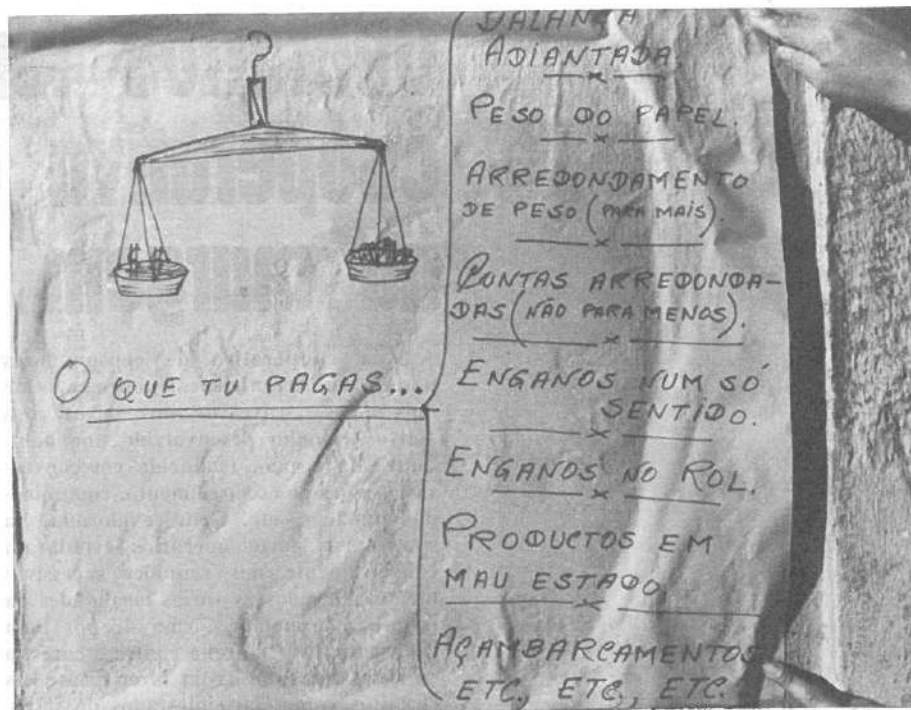
ESTATUTOS FEITOS POR ASSOCIADOS

— Os estatutos serão feitos pelos próprios associados — garantiu um dos activistas da Cooperativa de Arrentela, que prosseguiu: — A Comissão de Arranque tem propostas; esperamos que outras surjam para discussão. E digo esperamos, porque, através dos 525 inquéritos recebidos, constatámos que 172 pessoas se tinham preocupado em dar sugestões a vários níveis.

«No caso de estar interessado numa cooperativa, como servir melhor toda a freguesia: numa grande unidade, bem colocada, para toda a freguesia, ou em várias pequenas unidades nos centros das povoações?»

Sobre este ponto do inquérito, das 525 pessoas que se pronunciaram, 187 eram a favor de uma única cooperativa para toda a zona; 312 a favor de várias cooperativas espalhadas pelas povoações.

— Acerca disto — esclareceu um dos elementos da comissão — e apesar de ser nossa intuição descentralizar o mais possível, convém elucidar as pessoas de que é talvez mais importante, para já, arrancar com uma unidade central e depois criar as outras. A descentralização futura é possível e até conveniente devido às grandes distâncias a que as localidades ficam umas das outras. Por exemplo, entre Arrentela e Cavaquinhas, poder-se-ia colocar uma unidade média, ou, noutros casos, unidades pequenas, etc.



Vantagens da organização em Cooperativa

FORMAS SOLIDÁRIAS AUTONOMAS

A nossa pergunta sobre o destino a dar aos possíveis benefícios auferidos pela cooperativa, para além de proporcionar a aquisição de géneros a preços mais baixos aos associados, vários elementos presentes nos responderam.

— É possível entrar noutras formas de cooperativismo, ultrapassando os géneros alimentares de primeira necessidade. No entanto, frisou, o exemplo de outras cooperativas anteriores, contou para tomarmos certas precauções, como é o caso da Cooperativa Piedense. Assim, estamos convencidos de que, se as formas cooperativas se puderem multiplicar, isso é sempre desejável, mas nunca multiplicando-se sobre esta; deverão surgir autonomamente em relação à inicial, caso contrário os benefícios auferidos aqui rapidamente se dissipariam nos circuitos burocráticos de suporte a essas novas unidades.

E um dos elementos da comissão acrescentou:

— Temos de evitar, com uma organização original a reprodução das relações de produção capitalistas.

No entanto, vários elementos presentes esclareceram que contando entre si com alguns enfermeiros, está prevista a cedência de uma sala onde será criado um pequeno centro de pronto-socorro.

COMERCIANTES «ATACAM»

— A partir do momento em que vimos a iniciativa ganhar forma, aprendámos-nos às autarquias locais — esclareceu um dos presentes. — É nossa intenção manter as melhores

relações com elas muito embora não estejamos interessados em qualquer auxílio. No entanto, contamos ter relações de solidariedade muito estreitas com as cantinas escolares e de empresas espalhadas pela zona.

E, prosseguiu:

— Todavia, e apesar de esta iniciativa popular ter tido um acolhimento muito franco e da espontânea aderência, temos sido vítimas de provocações por parte do sector reaccionário. Houve, inclusivamente, quem tivesse entrado em contacto com terceiros no sentido de virem aqui escavar as instalações e correr connosco pela força.

Ao lado fica uma pequena loja. Há espreitadelas desconfiadas e um rumor no ar:

— Há, de facto. Em frente existe um estabelecimento de electrodomésticos — esclareceram-nos — cujo dono sustenta agora que tinha um contrato com a senhoria do prédio que ocupámos, para aqui fazer um armazém. O que é estranho, uma vez que nós, Comissão para a Cooperativa, tentámos alugar esta casa à senhoria sem que de nada nos tivesse sido dado conhecimento. Propúnhamo-nos pagar 1500\$00 de renda, fazer as obras necessárias e pedíamos em troca que, caso ela pretendesse vender o imóvel, fôssemos avisados com 6 meses de antecedência. A isto seguiram-se as sabotagens. A renda exigida acabou por ser de 3500\$00 e, neste momento, a questão com o suposto inquilino será entre a senhoria e o notário.

A concluir:

— A Cooperativa era urgente e com ela beneficiarão milhares de pessoas da região.

Capital. 26-3-75



Sozinho, numa pensão desconfortável, e sem automóvel e sem dinheiro para ir todas as semanas a casa, comecei, nas horas vagas, aos domingos, sobretudo, a calcorrear os íngremes caminhos da serra. Embora conhecesse já outras regiões da Beira, onde desde pequeno fazia longas estadas em férias — sobretudo Vila Cova do Alva, nas faldas da serra da Estrela, e Santa Comba Dão, onde tinha família —, a majestade daquela rude paisagem, a pobreza das aldeias, alçadas, como castelos de xisto, em combros inacessíveis, o primitivismo dos seus habitantes que angariavam o sustento cultivando uns palmos secos de terra ou apascentando algumas ovelhas, de cuja lã se vestiam e do leite se alimentavam — esse mundo, em parte novo para mim, impressionou-me a tal ponto que, durante os frios serões solitários, comecei a descrevê-lo em histórias curtas e secas que, embora independentes, tinham de comum o meio e algumas das personagens.

*A partir daquilo que via e ouvia, escreveu Mário Braga, de quem são as palavras aqui transcritas, aquilo que ele chama os oito contos alpestres que constituem *Os serranos*, de que extraímos *Emigração*; livro, que como diz o autor, pedindo dinheiro emprestado a meu pai, que muito me custou a pagar-lhe, editei à minha custa, num volumezinho modesto.*

Escrever sobre Mário Braga, dizia Mário Sacramento, grande crítico literário, é «o mesmo que aludir à mais séria tentativa entre nós feita para estebelecer um foro próprio ao conto neo-realista.»

Para quê dizer mais.

EMIGRAÇÃO

por Mário Braga

Vai-se até ao Poial trilhando um carreiro íngreme, que os pés encascados dos serranos reconquistam dia a dia à vegetação áspera da montanha. Desce e ergue-se a pique, serpenteia entre penedos, passa a vau as ribeiras, e até ele próprio se transforma em curso de água quando chegam as enxurradas. Nem os mortos do Poial vão a enterrar, como toda a gente, dentro de um caixão de pinho, no cemitério da vila. Não senhor! Fazem a última viagem atados a uma escada, que os contrerrâneos arrastam penosamente até à raiz do valeiro, como se fossem conduzidos para um derradeiro suplício.

Visto de longe, o Poial confunde-se com um tosco afloramento de rocha negra, o qual apenas se distingue das outras massas de xisto porque dele se desprendem lentamente, nas tardes calmas, brancas linhas de fumo que vão unir mais ao céu aquelas terras tão altas.

A gente do Poial alimenta-se de quatro leiras magras subtraídas ao fraguedo. No tempo das trovoadas, a água arrasta as terras de cultivo pelas encostas em ladeira, e lá têm os serranos de refazer as courelas, suando vertente acima, sob o peso das cestadas. Moirejam como formigas, de geração em geração, sabe-se lá desde quando, tenazes e solitários, contrariando os elementos, a moldarem com as mãos calosas, duras como raízes, os socalços da montanha, certos de que a próxima borrasca de novo lhes arrebatará as jeiras. E tudo fazem obscura e simplesmente, constantes como forças naturais.

Manel Varão nascera no Poial, da mesma forma que seus pais e seus avós, tão filho deles como da serra. Irmanado com os láparos e as perdizes, os lobos e as raposas, afez o corpo ao rigor das estações. Teve a infância dos bichos, breve mas intensa. E assim cresceu, sem pensamentos largos, que os panoramas grandiosos esmagam a imaginação de quem vive sempre com os olhos postos neles. Completou quinze anos alheio a qualquer anseio estranho à satisfação dos instintos, sem escutar outras palavras além das que servem para designar as forças e os objectos familiares da montanha.

Seu pai, Ronha Varão, adiantava-se em haveres aos conterrâneos, na fortuna de vinte cabeças de gado; e o pequeno medrou a guardar as ovelhas. Nascera já com alma de pastor, bisonho, amante da solidão, capaz de se entender com os animais por meio de gritos e silvos que ninguém podia traduzir. Não havia quem jogasse a lapada mais larga e tão certa, num golpe seco do braço atirado contra a ilharga. E cada vez se integrava mais no ermo da serrania, esquecido das palavras e dos usos humanos.

Confrangia-se Manel Varão com a pobreza do Poial, não pela sua própria fome, mas por causa da míngua de sustento para o gado que o pai lhe confiara. Começou, por conseguinte, a estender a largura dos passeios, sempre na esperança de achar mais longe o pasto que não encontrava na cumieira natal. Não se distraía, nessas voltas solitárias, a observar a paisagem, nem se encantava com a braveza dos penedos que por vezes se recortavam, contra o fundo azul do céu, como animais monstruosos, todo ele preocupado com a fome do rebanho.

Até que, de combro em combro, através da serrania, topou com um valeiro fecundo, virgem da urze e do xisto. Abundava ali a erva, graças a um regato a murmurar lá no fundo. Caminhara todo o dia até descobrir aquele éden, cheio de fome e cansaço, mas bem pago se considerava ao ver saciada por fim a míngua das suas ovelhas.

Pelo lusco-fusco, regressou ao Poial, a dar contas ao pai do oásis que descobrira. Voltou no dia seguinte, trazendo o bernal bem farto de broa e queijo de cabra. Fez-se logo direito ao caminho, agora sem hesitações, e o sol erguia-se a pino quando chegou com o rebanho.

Espraíram-se as ovelhas, alegres com a fartura, pelas encostas viçosas, entregues ao cão Fiel, um molosso amarelo, e o pastor correu logo para um castelo de penedos sobranceiro à pastagem. Perscrutou atentamente a grande mole de granito, até vislumbrar uma furna, onde penetrou agilmente, deparando-se-lhe lá dentro uma caverna arredondada em que poderia estender-se.

Daí em diante, Manel Varão estabeleceu-se ali, junto do gado, a dormir na estreita gruta. Saltava ao sábado a casa para renovar o farnel, e não tinha saudades do Poial, essa terra maninha que não alimentava o seu gado. Tão depressa lhe enchiam o bernal, regressava imediatamente à solidão do valeiro, à companhia do Fiel e das suas queridas ovelhas, cada vez mais esquecido dos usos e da fala dos homens.

De cajado no sovaco, a escorar-lhe o corpo esbelto, e imóvel como uma estátua sobre o soco de um penedo, passava os longos dias a vigiar o seu rebanho, quieto também por dentro, suavemente embalado pelo tilintar dos chocalhos. Mal o gado se saciava, sempre pela tardinha, assobiando ao Fiel, dizia-lhe para juntar as ovelhas, conduzindo-as depois para junto do penedo, onde, com pedras e giestas, lhes tinha feito um aprisco. E ele, descendo do seu posto de vigia, caminhava pausadamente na cola dos animais, de manta ao ombro e pau na mão, no passo calmo e oscilante dos seus antepassados pastores.

Após ordenhar as ovelhas com crias, juntando o leite colhado numa talha de barro, tirava uma malga para si, outra de soro para o Fiel, e migava-lhes lá dentro um grande quarto de broa. Sentava-se a comer em frente do seu tugúrio, acompanhando a parca ceia de queijo e azeitonas, enquanto o cão, ao lado, matava também a fome. Antes de adormecer, quase após o sol se pôr, reclinando-se no chão macio, contra uma laje de xisto, tirava a avena do bernal. E outra voz, fresca e trémula, moldada pelas mãos do zagalo, se ia aos poucos misturar à sinfonia do crepúsculo.

A partir de certa altura, deixou mesmo de ir a casa; era o irmão mais novo quem vinha trazer-lhe o fresco. A sua convivência bastavam os animais, entendia-os e fazia-se entender. Poderia até contar-lhes os seus pensamentos, se acaso tivesse pensamentos a contar. Emigrara dentro da própria montanha, e vivia ali, diluído no silêncio parado daquela terra sem nome, a fraternizar com as fragas e os bichos.

«Bó-ó-ó...Bó-ó-ó...», gritava Manel Varão, com os dedos à roda da boca, a chamar alguma rês tresmalhada, enquanto o ovelheiro galopava, em círculos e ziguezagues, pelas encostas do valeiro.

«Ó-ó-ó...», imitava o eco, manso e largo, como um milhano a pairar, suspenso na eterna brisa das alturas.

Pariam as ovelhas, ajudadas por Manel Varão medravam as crias com a fartura do leite, e o rebanho ia aumentando no correr dos anos, que a erva era tenra e basta. Por isso, a lembrança do Poial mais se diluía na memória do pastor: essa terra seca onde só nasciam pedras. Bastava-lhe, como sustento, broa de semana e queijo relho — perante o mimo do rebanho. Os invernos dobrava-os também ali, atento ao uivar dos lobos, acossados pela fome, aquecendo-se ao calor das torgas, de que fazia carvão, agasalhado pelos safões e as mantas em que a mãe transformava os velos e a lã das ovelhas. E os anos cobriram os anos, que o tempo, na montanha, não se conta por horas e minutos, na rude quietação de tudo quanto a faz.

Usando rama seca e varas de pinheiro, Manel Varão erguera uma choça tosca, a prolongar a estreita furna onde até aí pernoitara. Nela se instalou com o rebanho, definitivamente esquecido desse mundo oculto atrás da crista das serras. O irmão, portador do fresco e, no retorno, das crias para vender e do leite para o queijo, era o único fio a ligá-lo ainda ao Poial e à recordação da família. Vivía para os animais e, chegada a hora de se separar de qualquer deles, penava como um bicho a quem tiram um filho: uma dor curta e intensa, que em breve se dissipava no amor pelos restantes. Dobrou a adolescência sem recordação de mulher a perturbar-lhe os sentidos, seco como raiz escavada, calmo como lágrima do céu esquecida entre fragas pelo inverno. E tinha vinte anos quando o seu destino mudou.

Agora, o flagelo da montanha era o calor. Esqueciam-se as enxurradas e o gelo, os vendavais e a neve, ante a implacável torreia daquele sol a derramar fogo por cima das enconstas nuas, embora o regatozinho, sempre a correr lá no fundo, forrasse o pequeno vale com um tapete verdejante.

O irmão do pastor trouxe, nessa semana, juntamente com o farnel, um recado do pai. Este mandava que Manel Varão regressasse ao Poial, pois tinha de descer à vila, para ir à inspecção; fizera vinte anos e estava na idade militar. O pastor não o entendeu, e teve o irmão de lhe explicar o que era a inspecção, a tropa, a idade militar... De tudo quanto ouviu, Manel Varão, apenas fixou uma coisa: «Se ficares apurado, vais dois anos para a cidade.» O pastor cogitou, cogitou, indagando por fim:

— E o rebanho?

O irmão encolheu os ombros; o pai não falara disso, mas, decerto, o gado voltaria ao Poial; quem estaria disposto a vir tomar conta dele em tal desterro? Novo silêncio e nova pergunta de Manel Varão:

— A cidade é longe?

Sim, ficava a muitas léguas da vila; gastava-se até lá um ror de horas, no comboio.

— No comboio? — repetiu interrogativamente o pastor.

Antes de regressar a casa, o irmão recomendou-lhe de novo para não faltar, no dia seguinte, senão os guardas vinham prendê-lo. Manel Varão indagou ainda:

— E o rebanho?

O rapazito, porém, farto da presença bruta do outro, escapuliu-se vertente abaixo, sem lhe dar qualquer resposta.

Estendido sobre o chão cálido, em frente da choça, o pastor perscrutava a insónia da montanha, assombrada pela inquietação dos mochos e das cobras, dos láparos e das raposas. Os seus ouvidos afeitos ao falar da natureza entendiam e apreciavam aquela melodia em surdina, orquestrada pelo bulir dos matos e pelo leve roçar dos bichos contra a aspereza das fragas. As ovelhas, em frente, mexiam-se também, estremunhadas pelo vermelho doentio da lua, fazendo tilintar suavemente os chocalhos. E Manel Varão quedava assim, tenso mas imóvel, diluído na calmaria daquelas horas mortas.

No cérebro modorrento do zagal, o sonho e a realidade confundiam-se. As palavras do irmão enchiam-lhe a cabeça, martelavam-lhe os ouvidos. «Vais dois

anos para a cidade. vais dois anos para a cidade...» Depois, adormecendo, viu-se num planalto extenso, coberto a perder de vista de erva alta e verdejante, onde um numeroso rebanho pastava mansamente. As ovelhas eram grandes, quase do tamanho de burros, vestidas de espessa lã, muito alva e macia. E ele, Manel Varão, sentado numa fraga, soprava na sua flauta, com um molosso aos pés, maior que o Fiel, de cujas presas aguçadas pingavam gotas vermelhas; sangue do gigantesco lobo a agonizar perto dali.

E, por cima de tudo aquilo, encurvava-se um céu fecundo, como nas frescas manhãs de Junho.

Subitamente, ergendo-se no horizonte um enorme sol escaldante, uma estranha desolação invadiu a paisagem. O pastor divisava agora, a perder de vista, em redor, uma planície cinzenta, onde apenas havia pedras e esqueletos de carneiro, pela qual deambulava um rebanho estropiado. A balirem a sua fome, as ovelhas tresmalhavam-se na ânsia de achar comida, sem pastor que as guiasse. E Manel Varão, confrangido, acordou a soluçar.

Recordou-se novamente das palavras do irmão: «Vais dois anos para a cidade...» Como poderia isso ser, se ele tinha a obrigação de apascentar o seu gado? «Os guardas vêm prender-te...» Daria tudo na mesma, se o metessem na cadeia. Já quase nascia o sol, quando o pastor se resolveu.

Mal a primeira manhã surgiu, entrouxou os seus haveres e, com o rebanho atrás, deu início à viagem. Ao cimo da encosta íngreme, antes de a dobrar, voltou-se para rever, já com antecipada saudade, o pequeno valeiro fértil onde se sentira feliz: um oásis de verdura entre as lombas calcinadas a ondular em serra fora.

Gastou o primeiro dia a subir e a descer montes, a rodear os penhascos, a percorrer as gargantas, apenas preocupado em se afastar o mais possível da ameaça dos guardas. Nem a ronda vermelha da lua, pasmada no céu a arder, lhe perturbou o sono fundo daquela primeira noite. Prosseguiu ao outro dia. E só ao cabo de três jornadas o pastor se tranquilizou com as léguas percorridas. Na urgência da fuga, nem sequer se ralara com o sustento do rebanho, que fora enganando a fome a rilhar alguma estava abrigada entre os penedos.

Avançando serra dentro, cada vez se penetrava mais nos agrestes domínios do xisto: uma imensa desolação, parda, seca e agreste, onde tudo era inanimado, salvo as sombras das nuvens, a deslizarem lentamente, como nódos movediças, pelo dorso da montanha. O pasto nascido na primavera queimara-o já o sol do estio, e Manel Varão, por mais que buscasse agora com os olhos ansiosos, não vislumbrava sequer um palmo de erva tenra que os animais mastigassem. Nada! E assim vaguearam todo o dia, de quebrada em quebrada, sedentos, cansados, famintos.

Fitando o rebanho estropiado, o pastor despertou, por fim, do sonho que até ali o guiara. Dobravam-se as pernas tenras das crias, fartas de caminhar, baliam, tristes, as mães, sem lhes poderem valer, e até o próprio cão arquejava, de grande língua pendente. Trazia o pastor, nos braços, um anho recém-nascido, cuja vida lentamente se escoava do frágil corpinho branco.

O crepúsculo surpeendeu-os num alto cabeço nu, donde a vista se despenhava muitas léguas em redor, do alto da serra de Queiró. Ondulava, a perder de vista, uma cordilheira de montes que ia banhar, muito ao longe, a um lado, o Buçaco, e do outro, o Caramulo. Um mundo estranho, empedrado, quase ausente dos sentidos, onde o silêncio era um murmúrio suspenso na eterna brisa.

Espalharam-se por esse deserto os pobres dos animais em busca de alimento, e o pastor, sempre a abraçar o cordeiro, abateu-se num penedo. Revia o Poial, a sua infância, o fértil valeiro isolado... Escutava as palavras do irmão, sempre as mesmas... Enquanto o anho, contra si, ia arfando debilmente. Acariciou-lhe o velo tenro, a sentir ainda na mão a gordura do ventre materno. A certa altura, porém, o pobre do cordeirinho começou a estremecer como se estivesse com frio.

Erguendo-se pesadamente, Manel Varão dirigiu-se a oscilar para junto da ovelha, que se estendera ali perto, de olhos atentos ao filho. Examinou-lhe o corpo inerte, no qual apenas bulia o arquejar dos flancos. Ajoelhando-se então a seu lado, o pastor tateou-lhe devagar a moleza dos úberes. Eram dois sacos vazios. Comprimiu-os ao de leve. E o coração ainda mais se lhe angustiou ao ver a aguadilha transparente que a pressão dos seus dedos fizera brotar das tetas. Mesmo assim, meteu uma na boquita do cordeiro, quedando depois, ansioso, de joelhos, junto dele, a afagar-lhe com as mãos trémulas o ventrezinho vazio.

Esperança breve e fugaz! Poucos instantes decorridos, o cordeiro, largando a mama, tombou, exausto, a tremer, junto do corpo da mãe, que apenas conseguiu voltar os olhos já nublados na direcção do filhito. Durou horas e horas aquela dupla agonia! Horas pesadas de remorso, que esmagavam como pedras a consciência do pastor.

Quando o sol veio por fim libertar a serra da do pesadelo da noite, ainda Manel Varão soluçava com a cara enterrada no velo da ovelha morta. Depois, estreitando a si o pequeno cadáver do filho, seguido do rebanho faminto, regressou ao Poial.

Esclarecimento de um pequeno agricultor das Caldas da Rainha

Do leitor Henrique Fiúza Monteiro, residente na Rua Sabino de Sousa, 30, porta 2 - Lisboa, recebemos um texto publicado na «Gazeta das Caldas», que passamos a transcrever:

Sr. Director:

Venho solicitar e agradecer a V. Ex.^a se digne mandar publicar na *Gazeta das Caldas* este meu esclarecimento sobre o que se está a passar na Associação dos Agricultores do Conselho das Caldas da Rainha.

Depois de ouvir agricultores representantes de freguesia da Associação de Agricultores, não posso ficar calado, porque seria uma cobardia da minha parte.

Na Associação dos Agricultores havia a representação de seis agricultores de cada freguesia, três pequenos, dois médios e um grande; era o método à maneira alentejana, dito pelos senhores que tiveram a iniciativa da Associação. Tinha então o nome de Associação Livre de Agricultores do Concelho das Caldas da Rainha e contava com noventa representantes das quinze freguesias do concelho, tendo contacto com a ALA alentejana (a ALA é a Associação Livre de Agricultores, representando a classe dos grandes proprietários) visto a Comissão Directiva Provisória da Associação Livre de Agricultores do Concelho das Caldas da Rainha ter tomado parte, pelo menos, numa reunião da ALA alentejana. Posso até afirmar que foram transportados para a reunião no automóvel de um membro da Direcção do Grémio da Lavoura das Caldas da Rainha e quem pagou a gasolina foi o referido Grémio. Depois, alguma coisa se passou, porque os senhores da Comissão Directiva Provisória até já tiraram a palavra «Livre» do nome da Associação, para não serem confundidos com a ALA alentejana.

Outro ponto que me parece importante esclarecer, ocorreu na passada reunião de 23 de Fevereiro último: a Comissão Directiva provisória teve outra atitude que não me parece justa nem democrática, visto contar com a presença de vinte representantes aproximadamente, nessa reunião, e passou os Grandes Agricultores para o nome de Médios Agricultores, para assim poder mostrar que a Associação dos Agricultores é composta só pelas classes dos médios e pequenos agricultores, e assim ser melhor atendida nos meios oficiais. Esta atitude não é leal, porque só deve ser considerado agricul-

tor aquele que amanha a terra e nela trabalha para poder viver. Os pequenos agricultores não têm instrução porque foram sempre enganados, explorados e roubados pelo fascismo, mas foram sempre gente honesta e trabalhadora e nunca se envergonharam da classe a que pertenciam; seguirão sempre as palavras do primeiro-ministro Vasco Gonçalves e nunca se envergonharão dos seus pais trabalhadores.

Estamos numa democracia, temos direito à liberdade que o MFA nos deu, por isso peço a alguém de direito que medite nas minhas simples palavras e que esclareça os pequenos agricultores sobre o caminho que têm para fugir da boca do lobo.

Os pequenos agricultores não querem engordar, só querem aquilo a que têm direito — uma vida digna e o suficiente para matarem a fome e a dos seus.

Quem está por detrás do grande negócio de saúde

«Denunciar as multiplicações de medicamentos, de drogas iguais com os mais variados nomes; demonstrar a necessidade de «standardização» desses mesmos medicamentos; mostrar à evidência, enfim, quem está por detrás do grande negócio que é a saúde, tal é a tarefa que nos propomos levar a efeito», salientou ontem à noite Jorge Marques, membro da comissão de informação do Congresso Nacional de Saúde (núcleo do Porto), durante uma reunião com os representantes dos órgãos de Comunicação Social.

Jorge Marques, que começaria por dar a conhecer o plano de trabalhos daquela comissão — «levar o Serviço Nacional de Saúde a sair do papel para as bases populacionais e trabalhadoras com o objectivo de, aí, obter dados e linhas de orientação que pudessem amanhã ser as coordenadas determinantes de uma assistência e prevenção ao serviço e no interesse de todo o povo — acentuaria ainda:

«Consideramos que há hoje, como dantes, determinadas classes socioprofissionais cuja responsabilidade individual na situação desastrosa do País em matéria de saúde é por demais evidente. Com efeito, e para lá dos médicos cujo carácter comerciante (com honrosas excepções que só confirmam a regra) é bem conhecido, cumpre acusar frontalmente as autarquias locais que com eles foram coniventes».

Prosseguiu:
«Quando se lê que 60 por cento da população do País não tem água ao domicílio ou que 83 por cento não dispõe de rede de esgotos; que 61 por cento da população urbana não usufrui da recolha de lixo e que 80 por cento das habitações não têm condições para satisfação das mais elementares neces-

sidades humanas, cumpre perguntar quem é o responsável por tudo isto».

Salientaria ainda Jorge Marques que há urgência em desmistificar a palavra «médico», ou «saúde», e que os agentes de um certo tipo de sociedade «não podem continuar a brincar com a saúde dos outros para obterem os seus choru-dos proventos». A terminar a sua intervenção, acentuou a necessidade de a comissão colaborar em campanhas de esclarecimento e dinamização da comissão, colaborar em campanhas de esclarecimento e dinamização, juntamente com o MFA, com equipas móveis de médicos, paramédicos e utentes.

O dr. Virgílio Moreira elucidaria depois os presentes sobre a constituição da comissão coordenadora do 1.º Congresso Nacional de Saúde, na qual se integram «determinados partidos políticos, sindicatos e organismos de qualquer forma ligados aos interesses mais amplos do povo português».

Na parte final da reunião, usaram ainda da palavra João Alberto Ruella, Morão Gomes e Luís Maciel, que se referiram ao lançamento das bases para a criação de um Serviço Nacional de Saúde ao qual tenham acesso todos os cidadãos.

Capital, 27-3-75

O jornal francês «Le Monde» ataca fortemente detractores em Portugal

PARIS, 27. (F. P.). — Num editorial intitulado «Do Tejo ao Sena», o jornal *Le Monde*, com a assinatura do seu director, Jacques Fauvet, ataca fortemente os detractores do novo regime de Portugal e critica severamente os Estados Unidos, culpados — diz — de encorajar as ditaduras no Mundo.

«Os que — escreve Jacques Fauvet — durante vários decénios não disseram uma palavra nem escreveram uma linha contra a política de ignorância, de subdesenvolvimento e de repressão do antigo regime português, agora excitam-se, impacientam-se, inquietam-se com as incertezas, os erros e a lentidão do novo regime».

Aludindo à suspensão, em Lisboa, de dois movimentos esquerdistas e do Partido Democrata Cristão, Jacques Fauvet, tomando posição contra os que em França «gritam contra a ditadura do Proletariado», diz que esses, na realidade, «pensam menos em Portugal do que na França. O malogro da esquerda nas margens do Tejo — escreve — que eles desejam ardentemente convencê-los-ia de que o seu êxito é para todo o sempre impossível nas margens do Sena».



Desenho de Viegas — «República», 30-3-75

ADVOGADO O AUXÍLIO AO NOSSO PAÍS

Acrescentando que «o dever imperativo do novo regime português ... é preservar as liberdades democráticas», o editorialista de *Le Monde* afirma que é dever dos países europeus ajudar Portugal «a vencer as suas dificuldades», tanto mais que algumas «ditaduras que estão envelhecendo» beneficiaram «de uma longa tolerância ... da parte de todos os que recebiam um enfraquecimento do flanco sul da Europa».

Nesse contexto, Jaques Fauvet escreve: «Ao apoiar as ditaduras em nome de valores que elas próprias se empregam em achincalhar, não encorajaram os Estados Unidos, em reacção, o desenvolvimento do socialismo e do comunismo na Ásia e na América Latina?»

O que significa a nacionalização da banca e dos seguros

Quando uma pessoa que conseguiu amealhar algum dinheiro, em vez de o guardar em casa, debaixo do colchão ou ao canto duma arca, o deposita num banco, está a criar vantagens para si e para o banco. Para si, porque recebe juros dos seus depósitos, quer dizer, o dinheiro depositado rende-lhe periodicamente uma determinada quantia; para

o banco, porque pode utilizar o dinheiro depositado, quer dizer, pode aplicá-lo: emprestar dinheiro a quem dele precise, fomentar a agricultura e a indústria, do que também retira um lucro.

Antes da nacionalização da Banca, esse lucro beneficiava inteiramente os grandes banqueiros, que em vez de utilizarem o dinheiro depositado no desenvolvimento do País, o utilizavam no seu próprio interesse. Aplicavam-no em empreendimentos, que lhes aumentavam ainda mais as suas fortunas pessoais. Por isso, quando alguém pedia ajuda aos bancos para a sua pequena propriedade, ou para financiar o seu pequeno comércio, para construir a sua casa, etc., raras vezes era atendido, e quando o era, as condições impostas pelo banco eram-lhe desfavoráveis e extremamente pesadas.

Ora os proprietários dos bancos podiam fazer tudo isto porque o governo consentia. O governo era comprado pelos grandes banqueiros de forma a autorizá-los a manejar todo o dinheiro conforme os seus interesses e não conforme os interesses e as necessidades do povo.

Com a nacionalização dos bancos, o que vai passar-se?

Simplemente passará a ser o Governo, de agora em diante, a decidir a maneira como vai ser aplicado o dinheiro depositado nos bancos. O Governo merece toda a confiança porque tem dado provas suficientes de que está ao lado do povo e sinceramente empenhado em ajudá-lo. Assim, podemos todos ter a certeza que o dinheiro, o muito ou pouco dinheiro que temos nos bancos, vai ser aplicado em favor do povo, segundo a orientação do Governo Provisório.

Esta é a principal vantagem da nacionalização da Banca, a grande vantagem que justifica a afirmação de que esta foi a maior medida revolucionária praticada em Portugal.

Outra vantagem, e esta mais directamente ligada a cada um de nós, será o auxílio que os bancos prestarão às explorações agrícolas, ao comércio e à indústria.

Outra vantagem, mas esta só respeitante às pessoas que têm dinheiro depositado nos bancos agora nacionalizados, é o facto de o seu dinheiro passar a ficar mais seguro. Recordemos que, muito recentemente, o Banco Intercontinental Português, o B.I.P., esteve à beira da falência, facto que poderia acarretar, para os depositantes do B.I.P., a perda de todo ou de parte do dinheiro que lá tinham guardado; o Estado, tendo tomado conta da sua administração, evitou essa falência e salvou os depósitos. Agora, nacionalizado, o B.I.P. e os outros bancos estão garantidos pelo Estado e, consequentemente, os depositantes têm a certeza de que o seu dinheiro está seguro e que lhe será restituído quando o desejarem.

Programa eleitoral

Mais de doze horas de rádio e noventa minutos de televisão é o tempo de antena distribuído a cada partido durante os 22 dias de campanha eleitoral. O respectivo sorteio foi realizado no Palácio de S. Bento, com a presença de representantes de todos os partidos, e sob a presidência do conselheiro Vera Jardim, presidente da Comissão Nacional das Eleições.

Na elaboração do sorteio, a CNE levou em conta dois casos distintos: o das estações com cobertura nacional, em que a repartição do tempo de antena se fez em proporção do número total de candidatos apresentados por cada partido, e o das estações com cobertura regional ou local, em que o tempo de antena foi repartido igualmente entre os partidos que apresentaram candidatos em pelo menos um dos círculos eleitorais cobertos por essas emissões.

Os cálculos efectuados assentaram na elaboração de um mapa do número de candidatos por partido e por círculo eleitoral, num total de

2401 cidadãos, e na distribuição dos tempos de antena, a que há dias nos referimos, do seguinte modo: Emissora Nacional — das 19 às 20 e 30; Rádio Clube Português — das 14 e 30 às 15 e das 22 e 30 às 24; Rádio Renascença — das 10 às 10 e 30 e das 22 e 30 às 23; Radiotelevisão Portuguesa — 10 minutos na emissão da hora do almoço, com excepção dos domingos, e 30 minutos à noite, encadeados com a segunda edição do Telejornal, aumentado nos sábados para 40 minutos.

No conjunto, verifica-se um total de seis horas e meia diárias de emissão partidária.

A propaganda na televisão

Os tempos destinados pela RTP para a propaganda partidária durante a campanha eleitoral são os seguintes:

Dia 2 de Abril, quarta-feira, das 13.20 às 13.25, PS; das 13.25 às 13.30, PCP; depois do telejornal da noite por esta ordem, FSP, PCP e LCI.

Dia 3 de Abril, quinta-feira, das 13.20 às 13.25, PS; das 13.25 às 13.30, PPM; depois do telejornal da noite, por esta ordem, PPD, CDS e PCP.

Dia 4 de Abril, sexta-feira, das 13.20 às 13.25, FSP; das 13.25 às 13.30, PPD; depois do telejornal da noite, MDP, UDP e LCI.

Dia 5 de Abril, sábado, das 13.20 às 13.25, CDS, das 13.25 às 13.30, PCP; depois do telejornal da noite, por esta ordem, FEC, MES, FSP e CDS.

Dia 6 de Abril, domingo, depois do telejornal da noite, por esta ordem, PS, FSP e PUP.

Dia 7 de Abril, segunda-feira, das 13.20 às 13.25, FEC; das 13.25 às 13.30, MES; depois do telejornal da noite, por esta ordem, PPM, PPD e PCP.

Dia 8 de Abril, terça-feira, das 13.20 às 13.25, LCI; das 13.25 às 13.30, PS; depois do telejornal da noite, por esta ordem, UDP, MDP e CDS.

Dia 9 de Abril, quarta-feira, das 13.20 às 13.25, PPM; das 13.25 às 13.30, PUP; depois do telejornal da noite, por esta ordem, MES, FEC e MDP.

Dia 10 de Abril, quinta-feira, das 13.20 às 13.25, PPD; das 13.25 às 13.30, FSP; depois do telejornal da noite, por esta ordem, MDP, PS e FSP.

Dia 11 de Abril, sexta-feira, das 13.20 às 13.25, PCP; das 13.25 às 13.30, LCI; depois do telejornal da noite, por esta ordem, LCI, PPM e PPD.

Dia 12 de Abril, sábado, das 13.20 às 13.25, MES; das 13.25 às 13.30, MDP; depois do telejornal da noite, por esta ordem: PS, UDP, MDP e PCP.

Dia 13 de Abril, domingo, depois do telejornal da noite, por esta ordem: CDS, MES e FEC.

Dia 14 de Abril, segunda-feira, das 13.20 às 13.25, PS; das 13.25 às 13.30, FEC; depois do telejornal da noite, por esta ordem: FSP, PS e FEC.

Dia 15 de Abril, terça-feira, das 13.20 às 13.25, PUP; das 13.25 às 13.30, PPM; depois do telejornal da noite, por esta ordem: PPD, PUP e PPM.

Dia 16 de Abril, quarta-feira, das 13.20 às 13.25, FSP; das 13.25 às 13.30, MDP; depois do telejornal da noite, por esta ordem: MDP, UDP e PCP.

Dia 17 de Abril, quinta-feira, das 13.20 às 13.25, PPD; das 13.25 às 13.30, PCP; depois do telejornal da noite, por esta ordem: FEC, PCP e MES.

Dia 18 de Abril, sexta-feira, das 13.20 às 13.25, MDP; das 13.25 às 13.30, UDP; depois do telejornal da noite, por esta ordem: CDS, FSP e PS.

Dia 19 de Abril, sábado, das 13.20 às 13.25, MES; das 13.25 às 13.30, CDS; depois do telejornal da noite, por esta ordem: PPD, PS e PPM.

Dia 20 de Abril, domingo, depois do telejornal da noite, por esta ordem: CDS, MDP e UDP.

Dia 21 de Abril, segunda-feira, das 13.20 às 13.25, FEC; das 13.25 às 13.30, PPD; depois do telejornal da noite, por esta ordem, MES, FEC e PPD.

Dia 22 de Abril, terça-feira, das 13.20 às 13.25, CDS; das 13.25 às 13.30, UDP; depois do telejornal da noite, por esta ordem, PS, MES e PCP.

Dia 23 de Abril, quarta-feira, das 13.20 às 13.25, CDS; das 13.25 às 13.30, MDP; depois do telejornal da noite, por esta ordem: PPM, PUP e CDS.

Homilia da Páscoa do Bispo do Porto

Da importante homilia pronunciada pelo bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, durante a missa de domingo de Páscoa, destacamos, por nos parecer a mais importante, e na impossibilidade de uma transcrição integral, a seguinte passagem:

«Sejamos conscientes, francos e claros: não é já a socialização que nos separa. A revolução está feita nas mentes, na opinião e na estrutura principal das sociedades modernas. Está feita a revolução social, ganha por uns e aceite por outros. Importa, sim, pela inteligência, impaciência, vícios ou crimes de qualquer das partes que o seu fim não venha a tornar-se violento e homicida».

Mensagem do 14.º Dia Mundial do Teatro

Em 27 de Março foi comemorado internacionalmente o 14.º Dia Mundial do Teatro, que, pela primeira vez, foi festejado livremente em Portugal. Várias companhias realizaram espectáculos gratuitos nesse dia.

Este ano, foi a seguinte a mensagem do Instituto Internacional do Teatro, escrita por Ellen Stewart, directora do Teatro La Mama, de Nova Iorque:

Sinto-me muito feliz por ter sido escolhida para comunicar hoje convosco, neste Dia Mundial do Teatro.

Acredito, do fundo do meu coração, que é necessário continuarmos a falar uns com os outros, em todo o mundo, com tolerância e compreensão, se quisermos sobreviver.

Nós, homens e mulheres do Teatro, trabalhamos juntos em muitos lugares e em diferentes idiomas. Acolhemo-nos uns aos outros nos nossos teatros e através destes contactos enriquecemos o coração e o espírito.

O Teatro pode engendrar o amor e o amor dá-nos a energia para sobreviver.

Apesar dos receios que sinto pelas nossas vidas e pelo nosso futuro, regozijo-me porque sei que a gente de teatro já começou a estender as mãos à volta do mundo. E espero que um dia este círculo se fechará num enorme abraço.

ELLEN STEWART
Directora do Teatro La Mama

HUMOR

VASCO



EU ATÉ SOU
DEMOCRATA, MAS
QUANDO VEJO
OS OPERÁRIOS
A FAZEREM POLÍTICA...

MANUEL DA FONSECA

O povo português comunica mais pela poesia do que pela prosa

«A poesia é, neste momento, mais do que nunca, aquilo para que ela nasceu: levar os homens a dar-se as mãos uns aos outros. É importante que o povo leia poemas. De resto, o povo português comunica mais pela poesia do que pela prosa.»

ESTRADAS

Não era noite nem dia.
Eram campos campos campos
abertos num sonho quieto.
Eram cabeços redondos
de estevas adormecidas.
E barrancos entre encostas
cheias de azul e silêncio.
Silêncio que se derrama
pela terra escalavrada
e chega no horizonte
suando nuvens de sangue.
Era a hora do poente.
Quase noite e quase dia.

E nos campos campos campos
abertos num sonho quieto
sequer os passos de Nena
na branca estrada se ouviam.
Passavam árvores serenas,
nem as ramagens mexiam,
e Nena, pra lá do morro,
na curva desaparecia.

Já da noite que avançava
os longos escureciam.
Já estranhos rumores de folhas
entre as esteveiras andavam,
quando, saindo um atalho,
veio à estrada um vulto esguio.
Tremeram os seios de Nena
sob o corpete justinho.
E uma oliveira amarela
debruçou-se da ençosta
com os cabelos caídos!
Não era ladrão de estradas,
nem caminheiro pedinte,
nem nenhum maltês errante.
Era António Valmorim
que estava na sua frente.

Estamos falando com Manuel da Fonseca da poesia em geral. Mas, e a dele, como vai?

— Ando sempre à escrita de poesia. Mas só quando publico uma nova edição do meu livro é que ponho lá os novos poemas. Eu sou um poeta assim: só escrevi um livro. Outros poetas escrevem sempre o mesmo livro, como eu, mas põem-lhe títulos diferentes.

— E a canção como modo de levar poesia às pessoas?

— Ah, a canção é importante. Fiz dez poemas, tu cá, tu lá com a malta, com a malta nos lugares onde as pessoas se entendem, para o Adriano Correia de Oliveira cantar. Só que ele gosta de fazer tudo muito bem e ainda não mandou nada cá para fora. Vamos a ver.

— Publicou pouco, até hoje ...

— Publiquei. Não gosto que me

cutem o que escrevo e, antes, cortavam de mais! Assim, não publicava. Mas tenho trabalhado muito, ultimamente. Como lhe digo, ando sempre à escrita de alguma coisa.

Assim nos disse Manuel da Fonseca, poeta e escritor que do Alentejo, onde nasceu, fez tema principal de uma obra que, embora curta, é das mais profundamente humanistas e libertárias da nossa literatura.

Nascido em Santiago do Cacém, em 1911, publicou *Rosa dos Ventos*, *Planície*, a que acrescentou alguns *Poemas dispersos* para compor os *Poemas completos*. O seu livro único, como ele diz. Em prosa, é o autor de alguns dos melhores contos portugueses, que reuniu em *O Fogo* e as *Cinzas*; autor igualmente, de *Aldeia Nova*, de *Cerromaior* e de um dos melhores romances do neo-realismo português, agora transposto para o teatro: *Seara de Vento*.



Manuel da Fonseca ao Correio do Povo: A poesia é, neste momento, mais do que nunca, aquilo para que ela nasceu: levar os homens a dar-se as mãos uns aos outros

— Ó Nena de Montes Velhos,
se te quisessem matar
quem te haveria de acudir?

Sob o corpete justinho uniram-se
os seios de Nena.

— Vai-te António Valmorim.
Não tenho medo da morte,
só tenho medo de ti.

Mas já a noite fechava
a saída dos caminhos.
Já do corpete bordado
os seios de Nena saíam
— como duas flores abertas
por escuras mãos amparadas!
Ai que perfume se eleva
do campo de rosmaninho!

Ai como a boca de Nena se
entrebre fria fria!
Caiu-lhe da mão o saco
junto ao atalho das silvas
e sobre a sua cabeça
o céu de estrelas se abriu!

Ao longe subiu a lua como um sol
ainda menino
Passeando na charneca ...
Caminhos iluminados
eram fios correndo cerros.
Era um grito agudo e alto
que uma estrela cintilou.
Eram cabeços redondos
de estevas surpreendidas.
Eram campos campos campos
abertos de espanto e sonho ...

(Planície)

No 11 de Março

A arte veio para a rua

A intencional reaccionária do 11 de Março mobilizou, mais uma vez, o Povo português, que veio para a rua defender as conquistas democráticas. Artistas plásticos progressistas, reunidos à volta de alguns dos seus camaradas comunistas, na origem dessa iniciativa, vieram também para a rua, manifestando-se através da sua arte.

Dessa manifestação resultou um painel, pintado sobre um muro, que demonstra, uma vez mais, que a unidade se consegue na acção, e que os artistas progressistas devem trazer a sua arte para a rua.

A arte pertence ao povo

António Domingues, um dos promotores desta sessão de pintura na rua, confiou-nos:

— A Arte, a criação têm de ser colectiva. A arte, no momento político actual, tem um objectivo de unidade. É na acção que se ultrapassam as divergências de opinião.

A arte pertence ao Povo e não é mais do que um fruto deste. A democratização da arte é importante. E a pintura de um muro na Avenida Fontes Pereira de Melo, em Lisboa, foi um meio de exprimir essa verdade. As exposições itinerantes são outro meio e a elas nos procuraremos referir, fornecendo, sempre que possível, datas e localidades.

Colaboraram na pintura do muro: António Domingues, Cipriano Dourado, Francisco Relógio, João Vieira, José Farinha, José Francisco Semedo, Júlia Babo, Manuel Jorge, Maria de Lurdes Freitas, Mário Silva, Reinaldo Silva, Rogério do Amaral e Sérgio Pombo.



Três imagens do (hoje) painel, que ontem era apenas



o muro do mercado da avenida Fontes Pereira de Melo



A revolução popular de 1383-1385

A História de Portugal que nos ensinaram na escola estava ao serviço de uma ideologia política que tinha interesse em calar as realizações populares para só salientar as acções e feitos das duas classes privilegiadas: o clero e a nobreza.

Os grandes empreendimentos, os actos heróicos eram apresentados frequentemente como obra de um só homem, espécie de ser superior a quem Deus acompanhava e se mostrava, prometendo-lhe o bom êxito da batalha que, por sinal, muitas vezes, era travada contra homens que também punham esperanças no mesmo Deus para alcançar a vitória.

Os verdadeiros autores das proezas heróicas, os vencedores das batalhas, os que conduziam as caravelas a bom porto, esses eram sempre ignorados.

Felizmente que nem sempre os historiadores deixaram ficar esquecidos no passado o verdadeiro construtor da nossa História: o Povo.

Nas suas Crónicas, Fernão Lopes fala-nos, já, de uma tomada de consciência da sua força por parte do Povo, que tenta sacudir o jugo a que os senhores feudais o submetiam.

O Povo, nas crónicas de Fernão Lopes, toma consciência de si, da sua força e tenta sacudir o jugo a que os senhores feudais o submeteram.

A revolta das classes subjugadas é uma constante da História do nosso país.

Quando não explode em violências permanece como que adormecido esperando o momento propício.

As diferenças sociais, porque injustas, geram nas classes exploradas a revolta, o desejo de inverter os papéis.

Se não manifesta mais vezes a sua indignação é porque tem medo dos castigos do céu ou das armas dos senhores. A ignorância, a boa-fé, o medo são as cadeias que o mantêm preso à servidão. Se lançarmos uma vista de olhos ao nosso passado, vê-lo-emos manter-se passivo durante anos e anos, mas também o vemos sobressair neste ou naquele acontecimento, aqui ou em qualquer parte do mundo, tomar consciência de si, quebrar as cadeias da servidão e explodir em acções que

fazem a verdadeira História do nosso país.

Pouco a pouco, umas vezes com paciência, outras crescendo em ondas de cólera, vai adquirindo privilégios, regalias, procurando conquistar a liberdade e a igualdade.

As primeiras lutas populares

A primeira conquista alcança-a à custa de sacrifícios e lutas de que a história nos dá raras notícias: em 1254 consegue que representantes seus tenham assento nas Cortes ao lado do clero e da nobreza.

As vitórias tornam-no ousado.



D. Fernando

No reinado de D. Fernando (1367-1383) não hesita em meter-se na vida do rei e tenta, a todo o custo, impedir o seu casamento com D. Leonor Teles.

Este casamento representava, aos olhos do Povo, um enfranquecimento do poder do rei em benefício da nobreza, que veria, assim, aumentar os seus benefícios.

Durante a Idade Média, os senhores feudais procuravam diminuir o poder real, na intenção de aumentarem o próprio.

Essas tentativas eram contrariadas pelas classes populares, que viam na centralização do poder no rei a possibilidade de participarem na administração local, a que os nobres se opunham.

O próprio rei, foi, desse modo, frequentemente levado a defender essas associações para criar um apoio popular que lhe desse força contra a nobreza.

As classes populares mais desfavorecidas só viam, contudo, na resolução a possibilidade de obter liberdade e privilégios. Por isso se resolveram.

Por essas razões, os povos do reino juntavam-se em magotes contra este casamento culpando muito os privados de el-rei e os grandes da terra que assim lho consentiam.

Os que mais falavam disto eram os da cidade de Lishoa que reunidos em conselho escolheram como porta-voz um tal Fernão Vasques, alfaiate.

De pouco valeu a revolta do povo miúdo pois que o casamento veio a realizar-se clandestinamente, segundo



D. João I

uns em Leça do Balio, segundo outros em Lisboa.

O que não há dúvida é que a fúria do povo intimidara o rei que não se atrevera a realizar as claras tal casamento.

De facto juntaram-se hem três mil mesterais de todos os ofícios e homens de pé, e todos com armas foram aos paços onde el-rei estava, fazendo grande tumulto...

Depois do casamento a repressão não se fez esperar e D. Leonor... mandava saber por espias..., quais eram os que mais falavam contra ela e fazia com que o rei os mandasse prender e justicar.

... em Lishoa foi depois preso Fernão Vasques, aquele alfaiate que ouvistes, e outros. Alguns foram decepados e perderam os bens, outros fugiram. E o mesmo em outros lugares do reino.

(Cont. na pág. 24)

Por todo o País a revolta do povo foi afogada em sangue.

Havia, pois, razões de sobra para o descontentamento contra a nobreza a quem convinha tal casamento.

A guerra com Castela que se seguiu custou muito em bens e vidas para satisfazer o orgulho da nobreza e o capricho de um rei que alimentara esperanças de vir a ser soberano dos dois reinos: Portugal e Espanha.

Os males do povo eram agravados pela permanência de soldados ingleses no nosso país a quem interessava a continuação da guerra em Castela.

Tal era o medo do Inglês que D. Fernando se vê obrigado a propor a paz em segredo ao rei vizinho porque os outros são homens de ruim condição e faziam muitos males em seu reino.

fervia em revolta aberta contra muitos nobres e alguns representantes do clero que apoiavam D. Beatriz.

Prepara-se assim a revolução popular contra o clero e senhores feudais que vendiam Portugal aos Castelhanos: *Agora se vende Portugal, dado que tantas cabeças e sangue custou a ganhar quando foi tomado aos mouros.*

Estalam revoltas em todas as cidades do reino. Em Santarém o povo pega em armas contra os representantes da nobreza que se passaram para o lado do inimigo. Em toda a parte se bradava que *em má hora havemos de ficar sujeitos aos Castelhanos? Nunca Deus queira. ... E eram os hrados tantos e o tumulto tão grande — tanto de homens como de mulheres — que se não ouviam uns com os outros.*

dirigida pela burguesia que não tinha necessariamente os interesses do povo. Era a burguesia que iria ganhar com o processo revolucionário iniciado pelo povo que unicamente mudou de senhor.

Morto o conde Andeiro, precipitaram-se os acontecimentos que obrigaram a rainha a fugir, para não pedir auxílio ao governo dispondo-se a entregar Portugal a Castela.

A agitação popular cresce e derrama-se o sangue com que os oprimidos tentam acalmar séculos de miséria, humilhação, sofrimento e servidão. A *arraia miúda* lutava contra as classes por quem tinha sido sempre explorada: o clero, a nobreza. O ódio contra os Judeus baseava-se não tanto nas diferenças religiosas, mas pela fortuna que possuíam adquirida muitas vezes à custa da exploração, com empréstimos de dinheiro a juro muito elevado.

O Mestre de Avis

O Mestre de Avis tinha adquirido prestígio perante as classes populares em virtude dos seus feitos, da sua atitude contrária à ligação de Portugal com a Espanha. Isso torna-o chefe da revolução.

Contudo ele vê-se muitas vezes ultrapassado pelos acontecimentos e recebe o processo revolucionário. Esteve mesmo nos seus intentos fugir para Inglaterra, se as coisas corressem mal. Foi ainda o povo que o demoveu desses intentos e *pediu-lhe por mercê que se chamasse Regedor e Defensor dos Reinos.*

Foi este mesmo povo *miúdo*, esta *arraia miúda*, estes *ventres ao sol* que elegeu rei de Portugal o Mestre de Avis nas cortes de Coimbra de 1385.

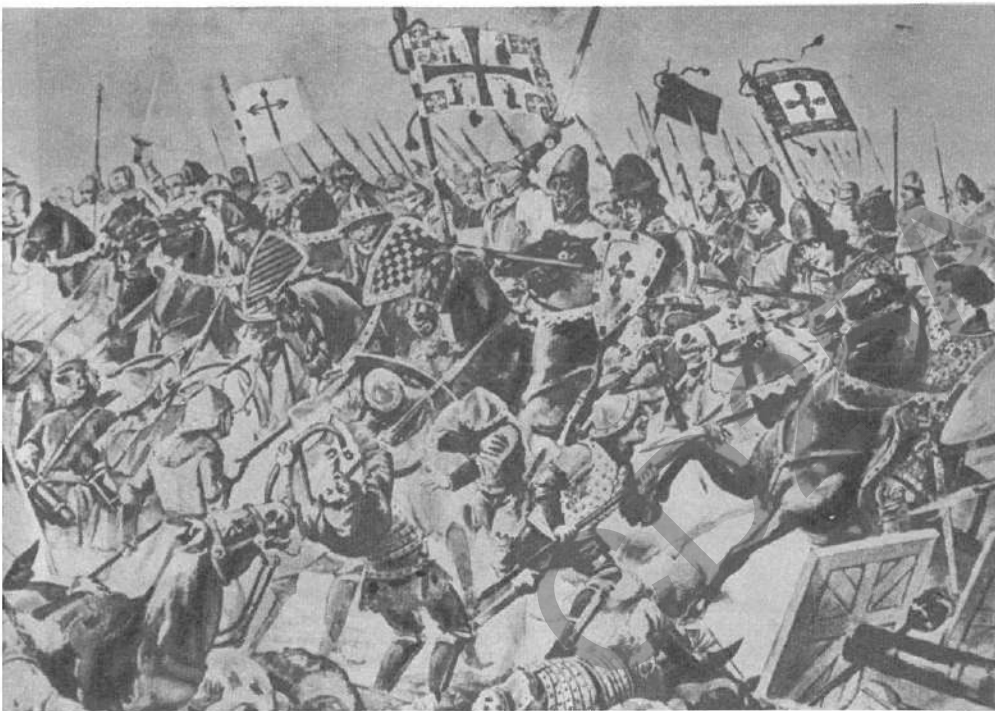
Era inevitável a guerra com Castela. A luta foi longa, mas *mais podem os que defendem a casa do que os que a atacam.*

O povo suportou a fome no Cerco de Lisboa, que foi o herói das guerras contra Castela: Atoleiros, Trancoso, Aljubarrota, Valverde... Foi ele que com o seu esforço ajudou a construir um novo país voltado para novos rumos.

Porém a sua generosidade aproveitaram outros que não ele. Não ganhou a liberdade com o derrame do seu sangue, mas mostrou quanto vale um povo unido a lutar por uma causa nobre.

Não se libertou da servidão, mas não o vemos desistir ao longo da História de Portugal que ele foi e vai escrevendo com, quantas vezes, a tinta rubra do seu sangue.

DIAMANTINO TRINDADE



Cena da batalha de Aljubarrota

O tratado que trouxe finalmente a paz a Portugal foi celebrado em Salvaterra de Magos. Porém nesse tratado combinava-se o casamento de D. Beatriz, filha de D. Fernando e de D. Leonor com D. João I de Castela, o que equivalia a entregar Portugal nas mãos dos Castelhanos.

Para agravar a situação D. Fernando morre deixando como única herdeira do trono de Portugal a sua filha D. Beatriz.

Logo que foi sabedor desta morte, D. João I de Castela escreve à rainha viúva para *que tomasse providências para fazer reconhecer a D. Beatriz como rainha de Portugal.*

A revolução popular

Percebendo o perigo de tal proclamação o povo de Lisboa e de todo o reino

Em cada terra repetiam-se as cenas de protesto e crescia a onda de indignação.

Em Lisboa a revolução popular atingia o auge. Faltavam somente um chefe que conduzisse a indignação dos *ventres ao sol*. E ele apareceu: Álvaro Pais, representante de uma burguesia portuguesa ainda em desenvolvimento, mas nem por isso menos interessada numa mudança social e política que sabia só poder conseguir fazendo frente comum com o *povo miúdo* contra a nobreza senhorial e latifundiária. É dele que parte a ideia de assassinar João Fernandes Andeiro, representante das classes privilegiadas e dos interesses de Castela. Conselheiro de D. João, Mestre de Avis, ele saberia agrupar a *arraia miúda* em torno da sua figura.

Com Álvaro Pais, a revolução deixa de ser exclusivamente popular para ser

O 11 de Março, a nacionalização da banca e as eleições

Todos tivemos conhecimento pela televisão, pelos jornais e pela rádio da tentativa violenta de alguns oficiais que procuraram travar a evolução do 25 de Abril tal como ela tem vindo a dar-se.

Embora tenhamos estranhado a pouca habilidade com que foi feito aquele golpe e saibamos que foi importante a imediata resposta do povo, levada a efeito pelas mais diversas formas, desde o levantar de barricadas até à sua presença junto do quartel atacado, impedindo assim um eventual arrastar da rebelião, há porém que perguntar quais as razões que podem ter levado aqueles militares a essa rebelião, naquele dia e naquele momento e não antes.

É que pensaram certamente podêrem contar com apoio do povo no caso de saírem vitoriosos do golpe. Isto porque, a situação económica do País tem vindo a agravar-se com o tempo, por variadas razões, as principais das quais se podem atribuir à não colaboração das grandes empresas, nomeadamente dos Bancos, nas transformações necessárias, bem como ao apoio sempre prometido mas afinal nunca dado dos nossos tradicionais *amigos* estrangeiros.

É evidente que o aumento do desemprego, a subida de preços e a falta de medidas visíveis para a transformação deste estado de coisas, favorece o descontentamento do povo. Há que impedir que continue a ser assim.

Ora, se é difícil obter a colaboração desinteressada dos países estrangeiros tradicionalmente nossos *amigos* para nos ajudarem agora que queremos construir um país de homens justos e trabalhadores, então é porque eles não foram nunca verdadeiramente amigos. Todavia, quanto a eles, a nossa atitude deverá ser a de os fazer compreender que a nossa decisão de modificar o antigo Portugal é inabalável e que portanto a melhor atitude é a de nos aceitarem como nós queremos ser. Para além disso pouco mais poderemos fazer, uma vez que não podemos obrigar a ajudarem-nos.

Mas quanto à falta de colaboração das nossas grandes empresas é que a atitude já não pode nem deve ser a

mesma. Quanto a essas, há que lhes dizer terminantemente — a exploração tem de acabar.

Há que ser justos nas apreciações e julgamentos, mas ao mesmo tempo intransigentes. Queremos realmente que o esforço de quem trabalha seja compensado. Para isso há que deixar de haver quem consiga viver e viver bem, sem nunca na vida ter trabalhado para este país. Agora chegou o momento de dizermos uns aos outros e pensarmos para nós próprios — todos temos de trabalhar e quem podendo fazê-lo não quiser trabalhar não merece comer.

Além disso temos também de nos convenceremos de que, não sendo Portugal um país rico e tendo sido ainda por cima, mal aproveitado, só será possível termos um nível de vida decente se todos contribuirmos para produzir mais coisas e de melhor qualidade, ao mesmo tempo que terá de deixar de haver quem acumule grandes lucros que depois esbanjam enquanto outros trabalhando todo o dia mal ganham para comer. Para isso a única solução de tal gente é compreender que chegou o momento de meter a mão na consciência e ver as injustiças que têm vindo a favorecer. Se não compreenderem e não aceitarem modificar-se, então não podem continuar a fazer parte do País que queremos construir.

A NACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS

A decisão de nacionalizar os Bancos logo após a dominação da rebelião foi exactamente a demonstração de que até esse momento havia forças que não queriam as modificações indispensáveis da economia nacional.

É que os Bancos, dominando um enorme número de fábricas, explorações agrícolas, empresas de transportes, etc... não podiam estar interessados em apoiar os pequenos e médios agricultores associados e que lhes iriam fazer concorrência nas suas empresas. O mesmo acontecia quanto às indústrias. Daí que se viesse verificando que eram cada vez maiores as dificuldades das empresas que precisavam de empréstimos.

Esta era uma das maneiras como se esperava criar o descontentamento no povo através do desemprego, fazendo falir empresas e paralisando a produção no País.

E agora qual é a situação? O Estado passou a ser o dono dos Bancos. Enquanto os antigos donos podiam sempre fugir para o estrangeiro levando o nosso dinheiro guardado no Banco (e alguns assim fizeram já) agora isso já

não pode acontecer. É que, além de o Governo não poder fugir, estão lá os empregados bancários, atentos e conhecedores, a quem o Governo reconhece o direito e o dever de vigiarem o funcionamento dos Bancos.

Por outro lado pensemos o que eram os Bancos até aqui. Um lugar onde só se conseguia um empréstimo desde que se provasse sermos ricos, quer dizer, desde que se provasse que não precisávamos do dinheiro. E como devia ser, e terá agora de passar a ser? Pois, terão os Bancos de ser casas onde não mais se possa arranjar dinheiro para esbanjar mas onde todo aquele que prove ser honesto e trabalhador e tenha projectos e iniciativas para a realização das quais precise de dinheiro, o possa lá obter.

É evidente que uma alteração tão grande nos processos de trabalho — exigindo uma apreciação técnica e não de *compadrio* — e nas mentalidades dos responsáveis, dificilmente poderia ser feita por vontade própria dos antigos donos dos Bancos.

Assim, só há que esperar benefícios da nacionalização que há semanas se verificou. Lembremo-nos porém que tal como uma serralharia não poderá atender os clientes se os fornecedores não



Bancos nacionalizados, bancos do povo

lhes fornecerem ferro, também os Bancos não podem emprestar a todo aquele de nós que precise e demonstre a boa aplicação do que pedir, ou seja os clientes, sem que cada um de nós lá vá depositar o seu dinheiro, quer dizer fornecer aquilo com que os Bancos trabalham — o dinheiro. Se nós não depositarmos, também o Banco não poderá emprestar... Se a produção e o trabalho são o nosso objectivo, então necessitamos de Bancos fortes com a confiança de todos e que irão ajudar todos aqueles que creiam na luta da PRODUÇÃO e do PROGRESSO ECONÓMICO E SOCIAL.

Embora possa parecer que o título fala em coisas diferentes, a verdade é que não se podem fazer distinções.

Fomos durante longos anos mantidos na ignorância da maneira como a nossa vida era conduzida, pois que a vida administrativa — as juntas de freguesia, câmaras municipais etc., eram sempre referidas e consideradas como um assunto de *políticos* com o qual o homem vulgar nada tinha a ver. Igualmente acontecia com os organismos corporativos — desde as adegas corporativas às adegas do povo etc. — onde só se ouvia a voz dos *doutores da terra* ou dos grandes proprietários, mas raramente a dos mais necessitados da ajuda desses organismos. Por maioria de razão, as eleições eram coisa de que cada um *nada percebia* e em que não se queria meter.

Frase que me ficou por memória desde jovem foi a de que *A minha política é o trabalho*. Nada mais certo do que esta afirmação, mas não com o sentido que sempre lhe foi dado, de desinteresse pela maneira como as nossas vidas e o nosso país são conduzidos.

Hoje, todos temos o dever e felizmente também o direito de sermos políticos. Mas, políticos no bom sentido da palavra e não *politiqueiros*.

Qual é a diferença, afinal?

É que ser político é interessarmo-nos por toda a actividade económica e social deste país que é nosso e que não deve (porque não pode) ser dirigido com base na cabeça e nas decisões de algumas dezenas de homens que estão no Governo e na Assembleia.

Os homens que fizeram o 25 de Abril não querem isso.

O que querem é que toda a gente ajude, cada um ao seu nível e no seu local de trabalho bem como no sítio onde moa, a discutir e descobrir as melhores maneiras de vivermos, a sugerir as alterações necessárias nos serviços públicos em tudo aquilo que eles tenham de errado, a promover a associação e união dos trabalhadores bem como dos produtores, para melhor aproveitarem as potencialidades existentes, a incitarem os seus amigos e vizinhos no sentido de melhorar o aproveitamento dos terrenos, tal como de melhorar a técnica das fábricas para responder às necessidades sentidas.

É a esta participação e a este interesse, seja pela economia, seja pela Administração, seja pelos problemas sociais, que se chama a vida política.

Ser político é isso. Não é, como nos fizeram crer durante anos, ter *actividades subversivas* e quantas vezes chamadas de *demoníacas*. É pelo contrário interessarmo-nos uns pelos outros e pela solução dos problemas comuns.

JOSÉ GUIMARÃES

Fome e alimentação

Uma boa alimentação, isto é, a alimentação que melhor satisfaz as necessidades do organismo, não depende exclusivamente da quantidade de alimentos ingeridos.

Confunde-se muitas vezes a fome com a privação total de alimentos. Essa fome que se pode chamar *fome aguda* pode ser saciada com uma má alimentação. Aparece em várias regiões do Globo, em épocas de crise, e causa muitas vítimas, mas não tantas como outro tipo de fome que se pode chamar *fome crónica*.

Esta fome crónica passa muitas vezes despercebida aos olhos dos indivíduos não técnicos. É a fome que resulta da má alimentação, da privação de determinados alimentos indispensáveis à manutenção da saúde.

A causa mais frequente deste tipo de fome é a carência de proteínas e vitaminas componentes mais caros da dieta humana.

A carência destes alimentos faz-se sentir dum modo persistente e traz repercussões não só para o indivíduo como para gerações futuras.



Dois crianças da mesma idade: a distância entre a riqueza e a miséria

Há ainda que entrar em conta com o desgaste de certos tecidos que têm que ser renovados, de novas estruturas dos períodos de crescimento dos jovens por exemplo.

A matéria-prima para essa renovação ou crescimento vem naturalmente dos alimentos ingeridos.

Pelas necessidades múltiplas que a alimentação tem que suprir no organismo, compreende-se que ela terá que ser variada na sua composição.

Na composição da dieta humana têm de fazer parte alimentos que conte-

nam certas substâncias indispensáveis à vida.

Essas substâncias são principalmente: água, proteínas, gorduras, hidratos de carbono (farináceos e açúcar), vitaminas e sais minerais.

Assim, por exemplo, admite-se que a baixa estatura do homem chinês é resultado de várias gerações alimentadas com uma dieta pobre em proteínas.

Esta carência específica pode trazer consequências imediatas ao organismo, que se traduzem pelo alto índice de mortalidade que as infecções provocam em certas populações ou estratos populacionais, cuja alimentação é extraordinariamente pobre, sobretudo em proteínas e vitaminas.

Convém pois saber com clareza o que deve ser uma alimentação equilibrada.

Alimentar-se bem não é comer grandes quantidades. Não se alimenta bem quem mantém uma dieta monótona, recorrendo sempre aos mesmos alimentos para saciar a fome.

O organismo necessita duma variedade grande de alimentos para poder viver e resistir às agressões do ambiente (bactérias, tóxicos, variações de temperatura, etc.).

É talvez mais frequente apontar-se como indispensável à boa alimentação o conteúdo em calorias que esta deve fornecer.

Quando se fala em calorias que a dieta deve fornecer aborda-se apenas uma das necessidades do organismo. É bom estarmos de sobreaviso para não confundirmos uma boa alimentação com uma alimentação rica em calorias.

É mais fácil, porque é mais barato, fornecer uma dieta rica em calorias que uma outra equilibrada em proteínas por exemplo.

Uma dieta rica em hidratos de carbono (farináceos e açúcar) pode ser grandemente deficiente, não permitindo o bom desenvolvimento orgânico nem a manutenção da saúde, e contudo conter uma taxa tão alta de calorias que ultrapasse as necessidades do organismo e origine depósito de gorduras.

Tal dieta, talvez a mais frequente no povo português, cria uma falsa noção de nutrição e saúde que a fraca longevidade destes indivíduos desmente.

Ainda que em repouso, durante o sono, o organismo está a consumir energias. O simples acto de respirar, a transpiração, a actividade circulatória, enfim, todas as funções que mantêm a vida, consomem elementos que têm que ser introduzidos no organismo.

A estas necessidades mínimas, indispensáveis para a manutenção da vida, juntam-se as que resultam da actividade desse organismo no meio ambiente

MARIA DE LURDES PIRES NEVES

CUBA

uma ilha de caras para o mar e para a História

... Somos uma ilha, rodeados de água por todos os lados, não podemos dar as costas ao mar, temos que dar a cara ao mar, e avançar pelo mar, e criar essa consciência nos nossos jovens.

Estas palavras de Fidel de Castro são uma bela definição de Cuba. Descoberta em 27 de Outubro de 1492 por Cristóvão Colombo, situada na zona tropical das Américas, entre 19 e 24 graus de latitude norte e 74 e 85 graus de longitude Oeste, a ilha de Cuba foi imediatamente colonizada pelos Espanhóis que ali desenvolveram a cultura da cana-de-açúcar e do tabaco, que ainda hoje constituem algumas das principais actividades agrícolas da ilha. A guerra dos dez anos contra os Espanhóis (1868-1878) terminou pela independência, mas a verdadeira libertação económico-política de Cuba foi prejudicada pela guerra intervencionista norte-americana, iniciada em 1895, em que se destacou a figura de combatente e de poeta de José Martí, herói nacional. Os sucessivos governos coloniais só acabaram em 1933, e as tentativas de real independência só conseguiram parcialmente remediar a situação criada pela intervenção norte-americana. Até que em 1953, comandos revolucionários, chefiados por Fidel de Castro assaltam os quartéis de Moncada e Bayamo, em revolta aberta contra o ditador Fulgêncio Batista. O processo revolucionário cubano atingiu o seu

objectivo — a vitória — em 1 de Janeiro de 1959, com a entrada das forças de Castro em Havana, depois de três anos de lutas de guerrilhas e de combates célebres *barbudos* da Sierra Maestra, que conseguiram recuperar a dignidade nacional para a ilha de Cuba.

A ilha tem uma superfície total de 110 992 quilómetros quadrados e encontra-se dividida em seis províncias: Pinar del Rio, Havana (capital), Matanzas, Las Villas, Camegüey e Oriente. O recenseamento de 1970 dá uma população de 8 553 400 habitantes, aproximadamente. A capital, Havana, situada na baía do mesmo nome, é povoada por 1 755 000 habitantes.

O clima da ilha é naturalmente tropical, com temperaturas médias, no Ve-



Cuba: solidariedade e trabalho

rão, de 28 graus; e de 22.5 no Inverno. A ilha é bastante húmida, na sua grande parte coberta por densas florestas, e as elevações mais importantes situam-se no sistema montanhoso da Sierra Maestra (Pico Turquino — 1974 m.)

Cuba é o primeiro produtor e exportador de cana-de-açúcar de todo o

mundo. Outras culturas de relevo para a economia do país são: o tabaco, a criação de gado, o café, o arroz, as frutas, a pesca e, no capítulo da produção mineira, o níquel, o cobre, o ferro, o manganés, o crómio e os mármore.

A ilha recorta-se em múltiplas baías, sendo as mais conhecidas as de Havana, Matanzas, Cochinos e Cienfuegos.

A flora de Cuba é luxuriante, sendo a flor nacional a *mariposa* de cor branca e cheiro muito agradável. Há mais de oito mil espécies de árvores, entre as quais a palmeira real, o pinheiro, o mogno, o cedro, os cactos, etc.

Nos mares de Cuba vivem mais de 900 espécies de peixes, sendo de salien-

tar o pargo, o cherne, o atum, o peixe-agulha e o tubarão. A fauna de Cuba tem poucos mamíferos, existindo porém mais de 300 espécies de aves, vários tipos de serpentes (não venenosas) cuja rainha é a *maja*, que atinge por vezes quatro metros de comprimento. Há ainda grande quantidade de crocodilos, lagartos e iguanas.

Em todos os domínios, a vida em Cuba tem sido fortemente marcada pela orientação decididamente socialista do governo de Fidel de Castro, e para um viajante que visite a ilha pela primeira vez, para além das paisagens maravilhosas de que poderá desfrutar, do sol tropical e da doçura do mar das Caraíbas, constituirá certamente uma experiência única acompanhar o povo cubano nas suas ocupações, visitar as plantações de cana-de-açúcar e de café, assistir à remodelação dos métodos agrários e ao avanço técnico dum país que há apenas quinze anos suportava uma ditadura feroz e antinacional, constituindo então apenas um *lugar de recreio* para milionários norte-americanos e um centro de corrupção a todos os níveis humanos.



Fidel Castro e os jovens: alegria e carinho

JOSÉ CARLOS GONZALEZ

Qual o significado da próxima consulta popular?

responde
o **Conselheiro Vera Jardim**
presidente da **Comissão Nacional de Eleições**



O Conselho Nacional das Eleições em reunião

O que é uma Assembleia Constituinte? Qual a função dessa Assembleia? O que é uma Constituição? O que era a Constituição salazarista de 1933, que nos governava e o que poderá ser a próxima? O que é e qual a missão da Comissão Nacional de Eleições? Eis algumas das questões que entendemos por bem esclarecer para os nossos leitores, chamados a votar, pela primeira vez livremente, desde há quase cinquenta anos. Explicar, no fim de contas, qual o significado das próximas eleições, a realizar em 25 de Abril, um ano exactamente após o dia da vitória sobre o fascismo. Nesse sentido, procurámos o conselheiro Vera Jardim, presidente da Comissão Nacional de Eleições, a quem pusemos essas perguntas.

CdP — O que é a Comissão Nacional de Eleições e quais as suas funções?

VJ — As funções mais importantes da Comissão Nacional de Eleições são as de esclarecer o eleitorado duma maneira objectiva. Por outro lado, fiscalizar o acto eleitoral, através de diversos processos, que vêm fixados na lei. Estas duas funções são as principais. Depois das eleições, a Comissão fará o apuramento geral dos resultados, para os apresentar ao Governo.

CdP — Como é constituída a Comissão Nacional de Eleições?

VJ — Até à data era constituída pelo presidente — Juiz do Supremo Tribunal de Justiça — por representantes de quatro Ministérios da Administração Interterritorial, Administração Interna, Negócios Estrangeiros e Comunicação Social, por cinco técnicos dos ministérios e por um representante de cada um dos partidos políticos legalizados e concorrentes às eleições. Sucede que hoje mesmo saiu uma lei que reduz os membros da Comissão, eliminando os representantes dos partidos políticos. O

Governo entendeu que havia uma tendência natural dos partidos para discutir e manter as suas posições dentro da Comissão: era, por conseguinte, conveniente afastá-los dela, para que esta pudesse trabalhar com maior eficiência. É por isso que os membros indicados pelos partidos políticos já não fazem parte desta Comissão.

CdP — A próxima consulta popular tem como fim a eleição de uma Assembleia Constituinte. O que é uma Assembleia Constituinte?

VJ — Uma Assembleia Constituinte é uma assembleia eleita por sufrágio dos cidadãos eleitores e que tem por missão elaborar a lei fundamental da nação.

Essa lei é a Constituição. Quer dizer, a Constituição traça as grandes linhas da política do país; por isso se chama a Lei fundamental do país.

CdP — Nós fomos governados, durante o fascismo, por uma Lei fundamental que é a Constituição salazarista de 1933. De que modo foi essa Constituição submetida à aprovação popular?

VJ — A Constituição de 1933 ainda está em parte em vigor, porque não foi totalmente revogada. Portanto, juntamente com o Programa do MFA, que é actualmente a lei constitucional do País, ainda continua em vigor uma parte da Constituição de 1933. A Constituição futura dependerá do que os deputados eleitos votarem.

CdP — Mas há uma diferença entre o modo como foi elaborada a Constituição de 1933 e como será votada a próxima?

VJ — A Constituição de 1933 partiu de um diploma feito pelo Governo, que, depois foi posto a referendo. Quer dizer que não foi votada por nenhuma Assembleia. Houve uma consulta popular e, de certa maneira, a Constituição

foi submetida a referendo, mas, claro, todos sabem como esse se processou. O referendo foi de tal forma que, em relação às pessoas que não votavam, subentendia-se que o tinham feito, votando a favor. Se a grande maioria dos eleitores não aparecessem a manifestar a sua opinião com o seu voto, considerava-se automaticamente que aprovavam a Constituição. Não havia, portanto, votos nulos. Em toda a parte, e como sucedeu na 1.ª República (1911), as Constituições eram votadas pelo parlamento eleito, o que não sucedeu em 1933.

CdP — Podemos concluir que a burla começou logo no modo como se efectuou a votação da Constituição de 1933?

VJ — Sim, a Constituição foi votada dessa maneira: foi elaborada pelo Governo, e, em princípio, posta à «votação» do povo. A aplicação desse sistema é que é altamente duvidosa. Por outro lado, a Constituição de 1933, nalguns aspectos fundamentais, remetia para a Lei Regulamentar, sobretudo no que dizia respeito aos direitos fundamentais do cidadão. O que sucedia é que havia princípios fixados na Constituição que não eram aplicados: era o caso do célebre artigo 8.º (oitavo) mencionado em todas as campanhas eleitorais, durante o regime anterior.

CdP — O que dizia o artigo 8.º?

VJ — O artigo 8.º era precisamente aquele que definia os direitos fundamentais do cidadão — liberdade de associação, de reunião, etc. — que a Constituição remetia depois para leis regulamentares, que, de certo modo, acabavam por eliminar, pura e simplesmente, o que vinha expresso na Constituição: direito de reunião, direito de livre expressão de pensamento, direito de associação, etc. Era esse o pior defeito da Constituição de 1933; a próxima não será assim.

GUIA PRÁTICO DAS ELEIÇÕES

PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

INTRODUÇÃO

Terminadas as operações de recenseamento, durante as quais se procedeu ao registo dos portugueses que, em 25 de Abril de 1975, poderão e deverão votar nos partidos cujos propósitos políticos julguem adequar-se melhor à defesa do processo eleitoral, designadamente a campanha eleitoral, a votação e o apuramento dos resultados.

A fase de recenseamento procurou vincular todos os portugueses em idade responsável, não comprometidos com o regime anterior (quer pelo exercício de determinadas funções, quer pela participação em certas actividades) ao interesse pela resolução dos problemas do seu país e à definição do futuro imediato de Portugal, ficando em condições de participar na eleição para deputados à Assembleia Constituinte. A esta Assembleia compete elaborar, discutir e aprovar uma Constituição Política onde se tracem as linhas fundamentais da futura organização do Estado e as directrizes gerais que determinarão os objectivos de ordem política, económica e social que todos devemos prosseguir.

Se nem todos os objectivos do recenseamento foram plenamente alcançados, tal se deve ao facto de que, malgrado o empenhamento de quantos investiram naquela tarefa o melhor do seu esforço e das suas intenções, não foi possível compensar, por completo, a ausência de experiências eleitorais autênticas, remover o emperramento de estruturas burocráticas, e suprir a falta de meios materiais.

RECENSEAMENTO

Durante o período de recenseamento inscreveram-se aqueles que poderão e deverão ir às urnas.

Portanto, só é eleitor o cidadão que, no período apropriado (e que terminou em 8 de Janeiro) teve o cuidado, aliás no cumprimento da obrigação que a lei impôs, de efectuar a sua inscrição na Comissão de recenseamento correspondente à freguesia onde reside habitualmente.

ELEIÇÃO

Antes das eleições

Esse eleitor inscreveu-se em determinada freguesia num dos postos de recenseamento aí existentes e é nessa

freguesia, e só aí, que poderá votar. Isto é **TERÁ QUE VOTAR NA FREGUESIA ONDE SE INSCREVEU. EMBORA O LOCAL ONDE VAI VOTAR NÃO FIQUE QUASE COM CERTEZA ONDE SE RECEN-SEOU.** É muito importante fixar isto, pois implica, para cada pessoa, o cuidado antecipado de verificar onde se situa a sua secção de voto.

Com efeito, todas as pessoas que se inscreveram na freguesia foram ordenadas pela ordem alfabética dos seus primeiros nomes e para efeitos de eleição, separadas — respeitando-se essa ordem alfabética — em grupos de aproximadamente 500. Cada um desses grupos constitui uma assembleia ou secção de voto que funciona num local apropriado antecipadamente fixado (em regra num edifício ou parte do edifício de utilidade ou uso público, como por exemplo, uma sala de aula, garagem dos bombeiros, um salão de festas de uma agremiação, mesmo numa loja vazia, etc., etc.).

Portanto o eleitor terá que se informar, com antecedência, do sítio onde poderá votar, isto é, onde funcionará a sua assembleia ou secção de voto.

Como o pode saber? Pois bem, até 7 de Abril de 1975 os presidentes das câmaras municipais ou das comissões administrativas afixarão nos lugares habituais (edifícios das câmaras municipais, juntas de freguesia e noutros onde porventura habitualmente coloquem avisos) editais indicando a data, a hora e o local onde se reunirão as assembleias ou secções de voto; nesses editais indicarão também quais as pessoas que votarão em cada um desses locais. Esta indicação poderá ser feita de duas formas: ou mencionando o primeiro e o último dos eleitores aí incluídos por ordem alfabética (exemplo: votam em tal parte os eleitores cujos primeiros nomes se situem, alfabeticamente, entre ABEL e FERNANDO, como sejam os ANTONIOS, os CARLOS, etc.) ou, para casos especiais de assembleias constituídas com base nos cadernos suplementares, referindo nominalmente todos os eleitores que as compõem.

É por conseguinte muito importante que o eleitor, a partir de 2 de Abril e o mais cedo possível se informe do local onde irá votar.

No dia da eleição

No dia 25 de Abril, o eleitor, deve dirigir-se a esse local e ingressar na fila

dos votantes (isto é, dos eleitores que aí já estejam à espera para exercerem o seu direito de voto) e aguardar a sua vez para votar.

Para votar apenas precisa de levar consigo um documento de identificação (de preferência o bilhete de identidade) mas se não tiver qualquer documento, basta que a mesa identifique o eleitor ou a identificação se faça por duas testemunhas; às testemunhas é exigido o bilhete de identidade. Todos estes factos ficarão registados na acta com a assinatura do presidente da mesa e dos intervenientes ou da aposição da impressão digital destes.

Se houver protesto contra a identificação ele deverá constar de documento a juntar à acta, podendo ainda haver contra protesto assinado por quantos confirmem a identidade em causa. Nesse caso sendo ele justificado, o eleitor poderá votar.

Votos anulados

Se, por descuido, o eleitor se enganar ou estragar o boletim, deverá pedir outro ao presidente, devolvendo-lhe o inutilizado. Voltará à câmara de voto e a sua acção recomeçará conforme se indica a partir do desenho n.º 7. Neste caso, o voto não será anulado.

Se o leitor marcar uma cruz num partido que entretanto tenha desistido das eleições, e se entregar o boletim, o voto é anulado.

Tudo isto deve ser feito com rapidez mas sem precipitações. Note-se que ninguém pode obrigar outrem a dizer em que partido votou, e o eleitor está proibido de o dizer não só enquanto se encontrar no interior da assembleia ou secção de voto como fora dela até uma distância de 500 metros. Portanto:

— EM CASO ALGUM QUEM QUER QUE SEJA PODE SER OBRIGADO A REVELAR O PARTIDO EM QUE VOTOU OU VAI VOTAR.

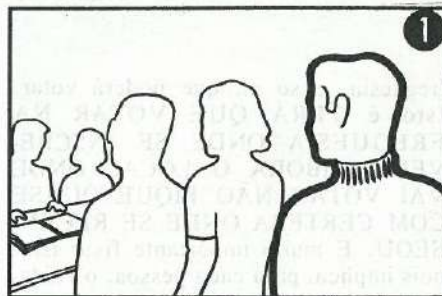
— POR SUA INICIATIVA SÓ PODE DIZER EM QUE PARTIDO VOTOU SE SE ENCONTRAR A MAIS DE 500 METROS DE DISTÂNCIA DA ASSEMBLEIA OU SECÇÃO DE VOTO.

É um acto simples mas que exige a sua mais esclarecida consciência quanto à escolha do partido em que vai votar.

Para essa esclarecida consciência pode contribuir bastante, o período da campanha eleitoral, procurando ler ou ouvir todas as explicações vindas a

GUIA PRÁTICO DAS ELEIÇÕES

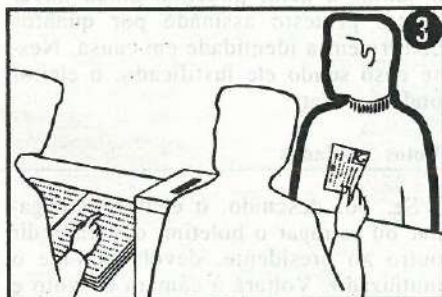
PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE



Com paciência e compostura, terá que aguardar na fila. Não poderá ultrapassar, nem ser ultrapassado, excepto pelos delegados das listas, ou seus suplentes devidamente credenciados. Contudo, deverá ser humanitário, facilitando indivíduos doentes, diminuídos, ou ainda mulheres grávidas, etc.



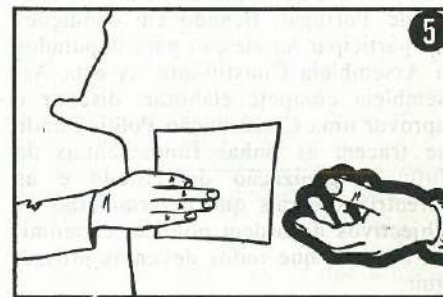
Quando todos os que estavam à sua frente, tiverem votado, chegando a sua vez, o eleitor diz o seu nome ao presidente da mesa apresentando-lhe o Bilhete de Identidade ou, na falta deste, outro documento que o identifique



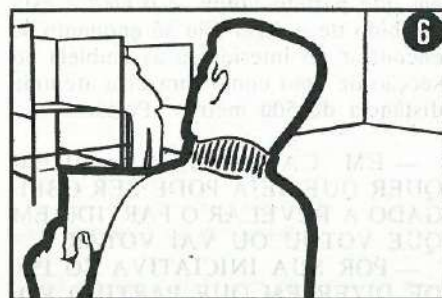
O escrutinador verifica se o eleitor está inscrito no caderno eleitoral



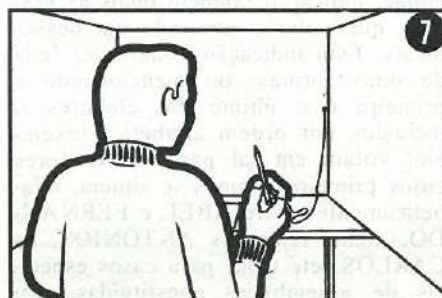
O presidente, devolve o Bilhete de Identidade ou outro documento que o identificava, diz o nome do eleitor em voz alta...



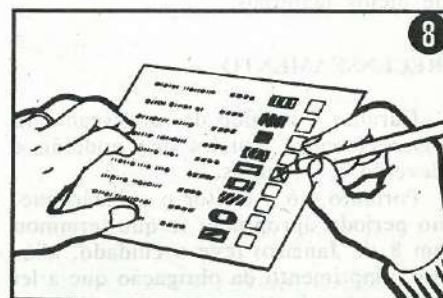
...ao mesmo tempo que lhe entregará um boletim de voto



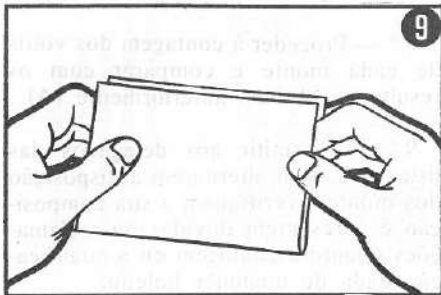
O eleitor, dirige-se então para uma das 2 câmaras de voto



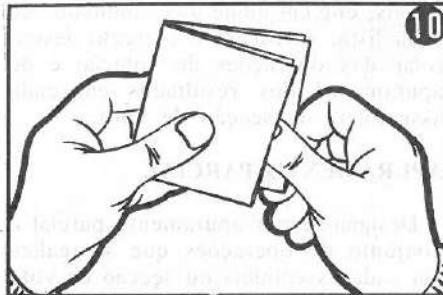
Aí verifica se o boletim não tem qualquer sinal ou rasura escrita por outra pessoa...



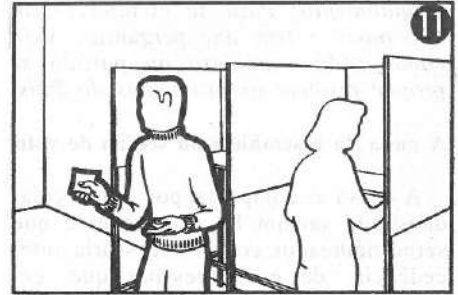
...e marca, com uma cruz, no quadrado respectivo, o partido da sua preferência (aquele que em sua consciência melhor poderá servir os interesses da maioria dos portugueses).



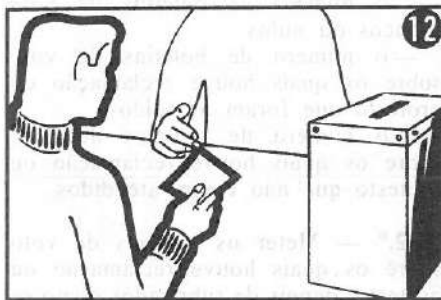
Ainda na câmara de voto, dobra o boletim ao meio, deixando a parte branca para fora...



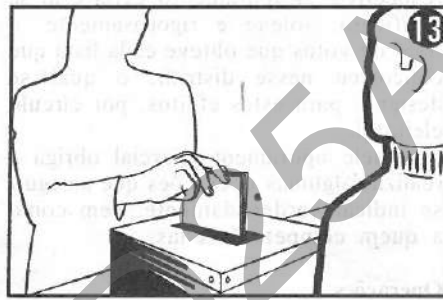
...e depois, novamente ao meio, (cruzando o vinco da primeira dobra) formando quatro partes



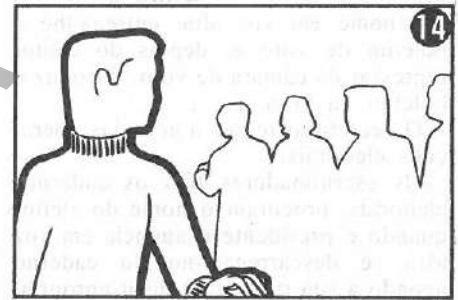
Sairá da câmara de voto, regressa junto da mesa...



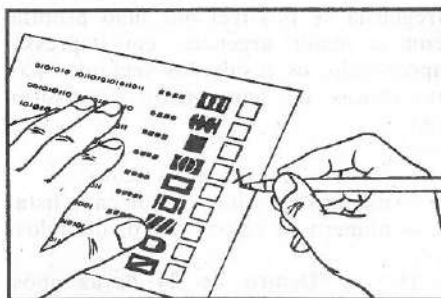
...e entrega, o boletim dobrado, ao presidente;



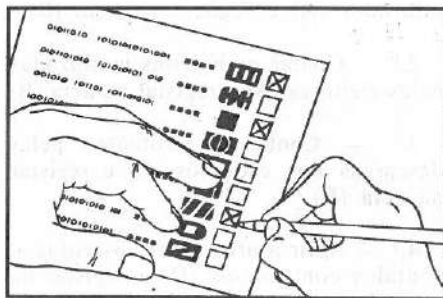
este introduzirá o boletim na urna que ali se encontra (uma caixa preta com uma abertura apropriada na parte de cima e que deve estar colocada sobre uma mesa à sua frente)



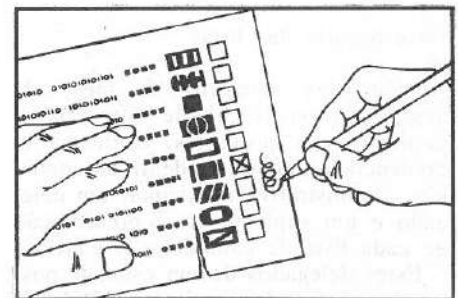
Retira-se então do local



Será branco ou nulo o voto, se o eleitor marcar a cruz fora de qualquer dos quadrados respectivos e se o boletim for assim entregue



Se o eleitor tiver feito mais de uma cruz nos quadrados do boletim entregue, o voto será nulo



Se rabiscou qualquer desenho, escreveu qualquer palavra, ou fez um corte no boletim que entregou, o voto não contará, será também nulo

público, através dos órgãos de informação (jornais, rádio, televisão, etc.) dos comícios e reuniões realizadas com o patrocínio dos partidos ou dos candidatos por eles apresentados, das conversas com os amigos, etc.

Façam-se perguntas sem acanhamento! Para se esclarecer tem que ouvir e tem que perguntar. Veja como cada candidato ou partido se propõe resolver os problemas do País.

A mesa da assembleia ou secção de voto

A mesa é composta por cinco cidadãos que saibam ler e escrever e que serão nomeados com a necessária antecedência, de entre pessoas que, em regra, pertencem ao grupo de recenseados atribuído a essa assembleia ou secção de voto.

Esses cinco cidadãos são um deles presidente, outro o seu suplente e três vogais, sendo um secretário e dois escrutinadores.

Durante a votação terão que estar sempre presentes o presidente ou o seu suplente, e dois vogais, e é um daqueles que identifica o eleitor, anuncia o seu nome em voz alta, entrega-lhe o boletim de voto e, depois do eleitor regressar da câmara de voto, introduz o boletim na urna.

O secretário redige a acta das operações eleitorais.

Os escrutinadores têm os cadernos eleitorais, procuram o nome do eleitor quando o presidente o anuncia em voz alta, e descarregam-no do caderno apondo a sua rubrica no lugar apropriado à frente do nome de cada eleitor.

Não é obrigatório estarem sempre presentes os dois escrutinadores.

A mesa da assembleia não pode funcionar se não estiverem presentes pelo menos 3 dos seus membros dos quais um deles terá que ser o presidente ou o seu suplente.

Os membros da mesa são os primeiros a votar.

Os delegados das listas

Além dos membros da mesa da assembleia ou secção de voto podem também estar presentes, devidamente credenciados pelo presidente da comissão administrativa municipal, um delegado e um suplente em representação de cada lista de candidatos à eleição.

Estes delegados devem estar de posse de cópias dos cadernos eleitorais iguais às que possuem os escrutinadores, para poderem acompanhar todo o processo de votação e de apuramento dos resultados.

Os delegados devem ocupar os lugares mais próximos da mesa, por forma a que possam fiscalizar todas as operações eleitorais e podem ser ouvidos em todas as questões que sejam levantadas na assembleia ou secção de voto, tanto durante a votação como durante o apuramento; podem ainda rubricar, se-

lar ou lacrar todos os documentos respeitantes às operações eleitorais.

Finalmente podem obter todas as certidões que requererem sobre as operações de votação e apuramento.

Os delegados, com os poderes de que dispõem são, portanto, como que os fiscais, que em nome dos candidatos de cada lista, verificam o correcto desenrolar das operações de votação e de apuramento dos resultados em cada assembleia ou secção de voto.

APURAMENTO PARCIAL

Designa-se por apuramento parcial o conjunto de operações que se realiza em cada assembleia ou secção de voto imediatamente após o seu encerramento e que tem por objectivo contar o número de votos que obteve cada lista de candidatos que, nesse local, concorreu à eleição em nome de um partido.

Chama-se parcial porque respeita apenas a essa assembleia ou secção de voto.

Alguns dias depois, terá lugar no edifício do governo civil do distrito respectivo, o apuramento geral e aí se verificará, solene e rigorosamente, o total de votos que obteve cada lista que concorreu nesse distrito, o qual se designa, para estes efeitos, por círculo eleitoral.

Aquele apuramento parcial obriga a realizar algumas operações que a seguir se indicam ordenadamente, bem como a quem compete fazê-las.

Operações

— A serem feitas pelo presidente ou suplente (A)

— A serem feitas pelo secretário (B)

— A serem feitas pelos escrutinadores (C)

— A serem feitas por qualquer membro da mesa (D)

1.º — Contar os boletins de voto não utilizados (A) e registar na acta (B)

2.º — Contar os boletins inutilizados pelos eleitores (A) e registar na acta (B)

3.º — Contar os votantes pelas descargas nos cadernos (C) e registar na acta (B)

4.º — Abrir a urna e tirar os votos aí contidos contando-os (D) e registar na acta (B)

5.º — Voltar a colocar os votos na urna (D)

6.º — Redigir um edital com o número total de votos entrados na urna (B), ler o edital em voz alta (A) e afixá-lo na porta principal da assembleia ou secção de voto (D)

7.º — Ir retirando os votos da urna um a um e anunciar em voz alta qual a

lista votada (C) enquanto o outro escrutinador (C) regista numa folha branca ou, de preferência num quadro bem visível, os votos atribuídos a cada lista, bem como os votos brancos ou nulos. Ir separando os votos de cada lista em montes separados (D)

8.º — Proceder à contagem dos votos de cada monte e comparar com os resultados obtidos anteriormente (A)

9.º — Permitir aos delegados das listas que, sem alternarem a disposição dos montes, verifiquem a sua composição e apresentem dúvidas ou reclamações quanto à contagem ou à qualificação dada de qualquer boletim.

* 10.º — Os delegados e o presidente rubricam os boletins sobre os quais houve reclamação que não foi atendida (A)

11.º — Registar na acta (B)

— o número de boletins de voto atribuídos a cada lista

— o número de boletins de voto brancos ou nulos

— o número de boletins de voto sobre os quais houve reclamação ou protesto que foram atendidos

— o número de boletins de voto sobre os quais houve reclamação ou protesto que não foram atendidos

12.º — Meter os boletins de voto sobre os quais houve reclamação ou protesto, depois de rubricados como se indica no n.º 10, num sobrescrito separado e enviá-lo assim, com os documentos que lhe digam respeito, para a assembleia de apuramento geral (D)

13.º — Meter os outros boletins em sobrescritos, lacrá-los e mandá-los para o juiz de direito da comarca (D)

14.º — Mandar entregar na junta de freguesia se possível por mão própria com a maior urgência, em impresso apropriado, os resultados seguintes para efeitos de apuramento provisório (A):

— número de votantes total

— número de votantes por cada lista

— número de votos brancos ou nulos

15.º — Dentro de 24 horas após terminarem estas operações remeter ao presidente da assembleia de apuramento geral (que funciona na capital do distrito) a acta das operações eleitorais, os cadernos eleitorais e demais documentos respeitantes à eleição (A).

Pedir um recibo de entrega (A).

Se não puder fazer a entrega pessoal daquele material, enviar por correio registado dentro de 24 horas e guardar o talão do registo (A).

PORTUGUÊS:

O VOTO é secreto.

Ninguém poderá exigir-te que digas qual o Partido Político em que vais votar e que tu, em tua consciência, consideras como o melhor para o futuro do nosso país.

No dia das eleições deverás:

— Comparecer na Assembleia ou Secção de Voto da freguesia onde te recenseaste. Tem em atenção que só poderás votar no local que te tiver sido indicado por edital que a tua Câmara afixará 15 dias antes das eleições;

— Aguardar, em fila, que aqueles que chegaram antes de ti votem;

— Quando chegar a tua vez, identificar-te ao presidente da mesa, o qual, depois de te reconhecer, dirá o teu nome em voz alta;

— Receber deste um boletim de voto;

— Dirigir-te a uma câmara de voto, situada próximo da mesa, na qual, sozinho e sem que ninguém possa ver o que fazes, assinalas com uma cruz o Partido Político que tiveres escolhido;

— Dobrar o boletim de voto em quatro, para que ninguém possa ver o partido que escolheste;

— Entregar o boletim de voto ao presidente da mesa que, sem o desdobrar, o introduzirá na urna, enquanto os escrutinadores, dois dos componentes da mesa, descarregam o teu nome no caderno de recenseamento.

O teu boletim de voto, dentro da urna, mistura-se com os outros que porventura já lá estiverem e com os que se seguirem. E como no boletim não assinas, nem pões o nome, nem escreves nada que não seja a cruz à frente do Partido Político, é impossível alguém vir a saber em que partido votaste.

**VOTO
UMA ARMA
DO POVO**



com a revolução
pela cultura

UNIVERSIDADE DE LISBOA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
26 DE ABRIL

DINAMIZAÇÃO
CULTURAL

MFA